

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DESVIÂNCIA

Radicalização Online: Perceções e Necessidades de Profissionais

Cristiana Fontes

M

2025



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**RADICALIZAÇÃO ONLINE: PERCEÇÕES E NECESSIDADES DE
PROFISSIONAIS**

Cristiana Sofia Sousa Fontes

Outubro, 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Celina Manita* (FPCEUP).

Avisos Legais

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

À Professora Doutora Celina, agradeço, pela disponibilidade, acompanhamento atento e orientação ao longo de todo este percurso, indispensáveis para a conclusão da dissertação.

Às amigas que a faculdade me deu, agradeço, pela amizade, companheirismo e apoio constante, que tornaram este caminho mais leve e enriquecedor.

À minha família, agradeço o amor incondicional e o apoio em todas as fases do meu percurso acadêmico e pessoal.

Ao meu namorado, deixo um agradecimento especial, pela paciência, compreensão e incentivo permanente, que foram essenciais para manter a motivação nos momentos mais desafiantes.

Por fim, dedico um agradecimento profundo e sentido à minha avó, cuja memória me inspira todos os dias. Apesar da sua ausência, permanece como uma das minhas maiores fontes de força e motivação, e este trabalho é, também, uma forma de lhe prestar homenagem.

Resumo

A radicalização é um fenómeno complexo e multifacetado, com impacto crescente em contextos sociais, políticos e de segurança. Dada a escassez de estudos, em Portugal, sobre este fenómeno, em particular sobre os conhecimentos e percepções de profissionais, definimos como objetivos centrais para o presente estudo: 1) perceber os conhecimentos e as conceções sobre a radicalização entre profissionais de diferentes áreas; 2) identificar as principais dificuldades enfrentadas por estes e as necessidades de formação reconhecidas; e 3) comparar as percepções de psicólogos e profissionais das forças de segurança, relativamente ao processo de radicalização.

Realizou-se um estudo exploratório, recorrendo a um questionário desenvolvido especificamente para este estudo, administrado online. A nossa amostra é constituída por 51 participantes, de diferentes áreas profissionais, maioritariamente psicólogos (27,5%) e elementos de forças de segurança (47,1%).

Os resultados revelaram um bom conhecimento do fenómeno, mas percepções heterogéneas influenciadas pela experiência e enquadramento profissional, assim como um défice transversal de formação especializada sobre este tópico (94,1%). Foram identificadas dificuldades associadas à complexidade do fenómeno, à resistência ao diálogo, ao isolamento social e a limitações legais e institucionais. As comparações entre os dois grupos evidenciaram que os psicólogos atribuíram maior importância a fatores de vulnerabilidade social, pertença grupal e a indicadores criminais, enquanto as forças de segurança valorizaram sobretudo aspetos securitários e operacionais.

Sinteticamente, destaca-se a necessidade de formação prática e multidisciplinar, bem como o reforço da articulação interinstitucional. O estudo contribuiu para o conhecimento do fenómeno e aponta caminhos para estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes.

Palavras-chave: Radicalização; Formação; Prevenção; Profissionais; Internet.

Abstract

Radicalization is a complex and multifaceted phenomenon with a growing impact on social, political, and security contexts. Given the scarcity of studies in Portugal on this topic, particularly regarding the knowledge and perceptions of professionals, the main objectives of the present study were to: (1) understand the knowledge and conceptions about radicalization among professionals from different fields; (2) identify the main difficulties faced and the perceived training needs; and (3) compare the perceptions of psychologists and law enforcement professionals regarding the radicalization process. An exploratory study was conducted using a questionnaire specifically developed for this research, administered online. The sample consisted of 51 participants from different professional backgrounds, mainly psychologists (27.5%) and law enforcement officers (47.1%).

The results revealed a good general understanding of the phenomenon but heterogeneous perceptions influenced by professional experience and background, as well as a widespread lack of specialized training on this topic (94.1%). Difficulties were identified in relation to the complexity of the phenomenon, resistance to dialogue, social isolation, and legal or institutional constraints. Comparisons between the two groups showed that psychologists attributed greater importance to factors of social vulnerability, group belonging, and criminal indicators, whereas law enforcement professionals placed greater emphasis on security and operational aspects.

In summary, the findings highlight the need for practical and multidisciplinary training, as well as stronger interinstitutional collaboration. This study contributes to the understanding of the phenomenon and points to concrete paths for more effective prevention and intervention strategies.

Keywords: Radicalization; Training; Prevention; Professionals; Internet.

Introdução

O conceito de radicalização tem sido objeto de múltiplas definições ao longo do tempo, mantendo-se, ainda assim, um constructo complexo e utilizado de forma heterogénea, o que contribui para dificuldades na sua delimitação conceptual (Neumann, 2013). A radicalização pode ser entendida como um processo progressivo em que os indivíduos passam a adotar visões ou crenças de carácter extremo, que podem conduzir à legitimação ou à concretização de comportamentos que desafiam as normas sociais estabelecidas (Borum, 2011; Kruglanski et al., 2014).

Os processos de radicalização têm crescido significativamente em todo o mundo, impulsionados por partilhas e espaços online, constituindo um desafio para governos, sistemas de justiça, forças de segurança, educadores e cidadãos que desejem uma sociedade menos violenta e mais justa.

A radicalização surge, com frequência, associada ao consumo, partilha ou produção de conteúdos e comportamentos violentos, como discursos de ódio, atitudes discriminatórias, xenófobas, segregacionistas, agressões e violência sexual.

Em Portugal, sendo um fenómeno pouco estudado, importa aprofundar o seu conhecimento. A crescente incidência em jovens exige formação dos profissionais que, em contacto com estes, possam prevenir processos de radicalização.

Radicalização

Conceito e modelos explicativos

Tal como já referimos, a radicalização envolve um processo de aproximação gradual a visões do mundo e dos outros fortemente marcadas por ideologias extremistas, muitas vezes assentes em fundamentalismos religiosos e políticos, que poderão conduzir à adoção de comportamentos violentos, para defesa destas ideias. Nos últimos anos tem-se vindo a falar especificamente em “radicalização violenta” para designar o processo de adesão a visões extremistas capazes de conduzir à prática de atos terroristas, uma das mais graves consequências mundiais da radicalização.

Fathali Moghaddam (2005) defendeu um dos modelos mais influentes, na compreensão da radicalização, conhecido como “*Stairway to terrorism*”. Este modelo apresenta a radicalização como uma progressão psicológica através de diferentes níveis, em que cada nível representa uma transformação na forma como o indivíduo interpreta o seu mundo. No seu nível mais próximo do chão, encontram-se todos os membros da sociedade, alguns dos quais experienciam frustrações pessoais ou perceções de injustiça. À medida que

o indivíduo progride nos diferentes degraus da “escadaria”, tende a atribuir o seu mal-estar a causas externas (e.g., instituições ou grupos sociais), rejeitando gradualmente os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos e podendo, no limite, considerar a violência como solução legítima. No último degrau, situado no topo dessa “escadaria”, o indivíduo encontra-se preparado para cometer atos terroristas, acreditando que estes são moralmente justificados (Moghaddam, 2005).

Complementando o modelo de Moghaddam (2005), o modelo de Borum (2011), propõe um processo em quatro etapas, iniciando-se com uma fase de pré-radicalização, durante a qual emerge a identificação com – e eventual adesão a – ideias e/ou ações de um dado grupo ou organização; evolui para a autoidentificação, em que o indivíduo se alinha com essas crenças; segue-se a fase de endoutrinação, caracterizada pela exposição intensa a ideologias e crenças extremas; e culmina na passagem à ação, durante a qual podem emergir comportamentos violentos. Este autor enfatiza os aspetos cognitivos da radicalização, nomeadamente, os mecanismos de racionalização que levam à desumanização do outro e à justificação da agressão (Borum, 2011).

Seguindo a linha de pensamento de Borum, outros investigadores, como Neumann (2013), sugerem que há distinção entre a radicalização cognitiva, que passa pela adoção de crenças extremistas, e a radicalização comportamental, que consiste no envolvimento em atos concretos. Esta distinção é a chave para compreender que nem todos os indivíduos com ideologias radicais se tornam violentos e que o risco real reside na transição do pensamento à ação (Neumann, 2013).

A radicalização na Era Digital

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação transformou significativamente as dinâmicas de socialização e o acesso à informação. A internet e, em particular, as redes sociais digitais, constituem atualmente espaços privilegiados para a difusão de ideologias extremistas, permitindo a propagação rápida de narrativas radicais, a formação de comunidades virtuais coesas e o aumento da exposição a conteúdos polarizadores e violento (National Institute of Justice, 2022). Este cenário favorece, tanto o recrutamento, como a auto-radicalização, ao reduzir barreiras geográficas e temporais e ao oferecer oportunidades de envolvimento direto com discursos extremistas (NIJ, 2022).

Com a pandemia da COVID-19, as interações humanas tornaram-se predominantemente digitais, intensificando a utilização das redes sociais e a exposição a conteúdos potencialmente prejudiciais (Davies, 2021). Este contexto contribuiu para o aumento da disseminação de desinformação e para uma maior vulnerabilidade à

radicalização online, sobretudo entre os jovens (Hollewell & Longpré, 2022). Embora o recurso às plataformas digitais, como ferramenta de radicalização, não constitua uma prática recente, a sua utilização parece ter-se intensificado durante o período pandémico, em virtude do aumento da atividade online e da adaptação das estratégias extremistas a esse cenário (Australian Institute of Criminology, 2023).

A crescente presença digital de grupos extremistas e a emergência de fenómenos como a auto-radicalização online desafiam, deste modo, os modelos tradições de prevenção, reforçando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno (Hollewell & Longpré, 2022).

Propaganda digital e comunidades online

Entre os jovens e jovens adultos, a radicalização tende a assumir uma dimensão predominantemente digital, na qual os processos de influência e recrutamento ocorrem sobretudo através da internet. Neste sentido, torna-se relevante abordar o conceito de “terceira geração da radicalização”, proposto por Fonseca (2022). Enquanto, no passado, o trabalho de mobilização se realizava maioritariamente através do contacto físico, em redes ou grupos organizados, atualmente, estes indivíduos são expostos, seduzidos e recrutados por discursos extremistas num ecossistema essencialmente online (Fonseca, 2022).

Diversos grupos extremistas utilizam estratégias sofisticadas de propaganda online, incluindo vídeos, *memes*, slogans e narrativas emocionalmente apelativas, para influenciar utilizadores vulneráveis (Frissen et al., 2020; Miller-Idriss, 2020; Winter, 2015). A propaganda utilizada apela frequentemente à identidade, à justiça e ao heroísmo, utilizando técnicas de comunicação persuasiva e adaptando-se às lógicas próprias de cada plataforma (Conway, 2017). A sua eficácia reside, não só no conteúdo, mas também na forma como circula dentro de comunidades altamente coesas, que validam mutuamente crenças radicais e rejeitam narrativas externas (Ribeiro et al., 2023).

Espaços digitais, como fóruns Incel, grupos supremacistas, canais fechados de Discord ou comunidades de extremismo religioso (e.g., grupos jihadistas online), têm sido descritos como ambientes propícios à intensificação de ideologias radicais, na medida em que reforçam narrativas extremistas e criam sentimento de pertença coletiva (Ganesh, 2020; Ging, 2019; Hoffman et al., 2020). A investigação sobre a *manosfera* revela como narrativas de vitimização masculina, misógina e ressentimento são amplificadas em ambientes onde a moderação é inexistente e o discurso de ódio é normalizado (Van Valkenburgh, 2021).

A radicalização mediada pela internet caracteriza-se por uma combinação de exposição a conteúdos ideológicos extremistas, por interações com comunidades virtuais

variadas e por processos de identificação mediados digitalmente (Koehler, 2015). Um estudo qualitativo com ex-membros de movimentos de extrema-direita, concluiu que a internet funciona, simultaneamente, como uma plataforma de socialização, repositório ideológico e, ainda, ferramenta de recrutamento (Koehler, 2015). Através do relato dos antigos participantes sabe-se que a sua adesão a estes grupos foi precedida pelo consumo passivo de conteúdos, seguido de envolvimento ativo nestes espaços de partilha de narrativas radicais (Koehler, 2015).

A internet é um espaço para experimentar e preparar, sendo que muitos indivíduos testam ideias, linguagens e, até, fantasias de violência nos ambientes online antes de qualquer manifestação no mundo físico. Em alguns casos, a internet funciona como uma etapa intermediária entre o pensamento radical e a ação extremista (Conway, 2017; Moghaddam, 2005).

O papel do algoritmo e da desinformação

A disponibilidade constante e o anonimato que caracterizam muita da atividade em meio digital potenciam a exposição prolongada a discursos de ódio e a teorias da conspiração, sem mediação crítica (Douglas et al., 2019; Marwick & Lewis, 2017; O’Callaghan et al., 2014). Para muitos sujeitos, especialmente aqueles que experienciam sentimentos de exclusão ou de fracasso pessoal, as comunidades virtuais oferecem um sentido de pertença, identidade e propósito, funcionando como reforçadores positivos da ideologia (Hollewell & Longpré, 2022; Koehler, 2015). A internet constitui um meio que potencia da radicalização, cuja influência depende das vulnerabilidades individuais, dos contextos sociais e das experiências subjetivas dos utilizadores (Koehler, 2015).

Os algoritmos favorecem a criação de “bolhas ideológicas”, ao apresentar sistematicamente conteúdos que confirmam crenças preexistentes (Bail et al., 2018; O’Callaghan et al., 2014; Pariser, 2011). Este mecanismo reduz o confronto com perspetivas alternativas e promove uma perceção enviesada da realidade, contribuindo para a radicalização progressiva (Koehler, 2015). A desinformação desempenha um papel central neste processo, ao fornecer explicações simplistas para fenómenos complexos, culpabilizando grupos externos e criando um clima de medo e polarização (Conway, 2017).

Os algoritmos de recomendação são desenhados para maximizar o tempo de permanência e o envolvimento do utilizador e tendem a apresentar conteúdos cada vez mais polarizados, ao mesmo tempo que criam uma dinâmica de reforço contínuo das crenças já existentes (Henry, 2023). Este processo, referido como “radicalização algorítmica”, implica que utilizadores expostos a conteúdos “ligeiramente” extremistas acabem por ser

conduzidos, de forma progressiva, para conteúdos radicais e violentos (O’Callaghan et al., 2014; Ribeiro et al., 2020; Tufekci, 2018).

Segundo Adler (2023), as plataformas digitais baseadas em algoritmos não se limitam a refletir os interesses dos utilizadores, mas atuam, também, na sua transformação. Através de sistemas de recomendação, as preferências individuais são progressivamente reconfiguradas, podendo conduzir ao fenómeno designado por “*rabbit holes*”, no qual os utilizadores se veem imersos em circuitos de conteúdos cada vez mais extremos e afastados de perspetivas moderadas (Adler, 2023).

O negócio das grandes plataformas digitais reforça o enviesamento algorítmico, ao promover conteúdos com maior carga emocional ou sensacionalista, frequentemente associados a narrativas conspiratórias ou de ódio (Adler, 2023; Henry, 2023). A própria arquitetura discursiva das plataformas contribui para este reforço ideológico, tornando os utilizadores cada vez mais resistentes à informação contraditória e mais propensos à ação extremista (Bail et al., 2018; Cinelli et al., 2021; Sunstein, 2009).

Consumo de conteúdos violentos e normalização da violência

Vários estudos têm evidenciado a relação entre o uso intensivo da internet, o envolvimento em redes sociais e os riscos de radicalização, fenómeno designado por alguns autores como radicalização na era digital (Behr et al., 2013). A investigação empírica demonstra que a exposição a conteúdos extremistas online pode contribuir para a normalização da violência, a desinibição comportamental e o reforço de crenças radicais (Frissen, 2021).

Sobretudo para jovens em situação de vulnerabilidade emocional ou em busca de um propósito, o contacto com grupos e discursos extremistas pode gerar um aparente sentimento de segurança, propiciar um sentido de missão e de pertença simbólica. Estes fatores favorecem a adoção de ideologias radicais e contribuem para processos de endoutrinação gradual, especialmente quando associados a uma ausência de apoio emocional (Hollewell & Longpré, 2022).

Saúde mental e vulnerabilidade digital

Estudos indicam que o elevado uso de redes sociais está relacionado com aumentos significativos de ansiedade, depressão, solidão e medo de estar fora do grupo, especialmente em adolescentes e jovens adultos (Allan et al., 2024). A solidão prolongada, em particular, representa um fator crítico de vulnerabilidade, uma vez que indivíduos isolados apresentam maior risco de adotar narrativas conspiratórias e extremistas, cujo objetivo é proporcionar

um sentimento de pertença e a atribuição de significado/sentido para a sua vida (Cacioppo et al., 2022; WHO, 2025).

Pesquisas longitudinais, realizadas com jovens na faixa etária dos 24-26 anos, mostram que, tanto o uso ativo como o passivo dos média digitais, está associado ao aumento da solidão, com o tempo. Indivíduos com uso compulsivo ou experiências de vitimização online relatam níveis mais elevados de isolamento, independentemente da história prévia de depressão ou ansiedade (Twenge et al., 2014). Conforme Hollewell e Longpré (2022), indivíduos com níveis baixos de inteligência emocional, sentimentos de solidão e forte envolvimento emocional nas redes sociais, revelam maior propensão para aceitar discursos que legitimam a violência política. Estas características surgem, frequentemente, em jovens do sexo masculino com níveis elevados de escolaridade, o que contraria a suposição de que a radicalização ocorre apenas entre indivíduos marginalizados cultural e socioeconomicamente (Hollewell e Longpré, 2022).

Dashtgard (2023) salienta que plataformas como *Twitch* ou *Discord* têm sido utilizadas como canais de recrutamento silencioso, nos quais a linguagem informal e a cultura “*gamer*” facilitam a aproximação a adolescentes. Ambientes online radicais, não apenas reforçam narrativas de vitimização e misoginia, mas também oferecem um apoio emocional distorcido, criando um sentido de pertença virtual que, embora proporcione integração nos grupos digitais, pode acentuar o afastamento das relações offline e legitimar comportamentos extremistas (Ribeiro et al., 2023; Van Valkenburgh, 2021). Esse apoio simbólico tende, ainda, a intensificar sintomas de ansiedade ou depressão e, em casos extremos, pode conduzir a ações violentas.

Contextos de trauma prévio ou um estado de saúde mental fragilizado não são causas diretas da radicalização, mas podem aumentar a suscetibilidade ao recrutamento extremista e influenciar o percurso individual (Weine & Ahmed, 2021).

O fenómeno da radicalização em território nacional

Em Portugal, tem-se verificado uma crescente preocupação com a radicalização ideológica, política e/ou religiosa, sobretudo entre os jovens. Embora a existência de grupos organizados de carácter extremista seja menos expressiva do que noutros países europeus, têm sido identificadas manifestações de comportamentos radicais, alguns dos quais com potencial para escalada violenta, gerando alarme social e mediático.

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2024) aponta para sinais emergentes de radicalização entre os jovens portugueses, com destaque para o aliciamento de crianças e jovens por grupos extremistas, através de plataformas digitais e redes sociais. Esta realidade

levanta sérias preocupações, principalmente no que diz respeito à vulnerabilidade digital de crianças e adolescentes.

Embora não existam dados específicos disponíveis, fiáveis, sobre a radicalização, ou, mesmo, sobre o terrorismo, em Portugal, o aumento do número de processos judiciais com eles relacionados, as decisões governamentais relativas a este fenómeno, a criação de grupos de investigação nacionais e a integração dos grupos europeus, de que será um exemplo particularmente relevante o “EU Knowledge Hub on the Prevention of Radicalisation” (Centro Europeu de Conhecimento para a Prevenção da Radicalização), constituem indicadores desta presença e desta preocupação crescente com a radicalização no nosso país.

Os profissionais que atuam em contextos educativos, de promoção e proteção social, saúde, psicologia ou justiça – especialmente aqueles que trabalham com jovens vulneráveis – nem sempre dispõem de informação ou formação especializada para identificar, prevenir ou intervir neste fenómeno (Lowry & Lewis, 2024). A complexidade dinâmica da radicalização, muitas vezes associada a comportamentos violentos, impõe desafios substanciais, tanto na deteção precoce quanto na implementação de estratégias de intervenção eficazes.

Neste contexto, o presente estudo visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada do fenómeno, explorando as perceções, conhecimentos, estratégias, necessidades e dificuldades experienciadas por profissionais que trabalham diretamente com indivíduos em contextos de vulnerabilidade social e psicológica. Procuramos, assim, explorar, por um lado, as perceções e conhecimentos de profissionais de diferentes áreas acerca dos processos de radicalização e riscos associados, designadamente, o consumo e/ou partilha e/ou produção de conteúdos violentos ou a concretização de comportamentos violentos contra pessoas ou grupos ou símbolos associados a estes (e.g., mesquitas, museus); e, por outro, as necessidades sentidas por estes, para uma melhor capacidade de sinalização e de intervenção, face a este fenómeno. Para tal, adotou-se uma perspetiva exploratória e descritiva e recorreu-se a uma metodologia quantitativa.

Do objetivo geral derivam alguns objetivos específicos, nomeadamente, explorar as perceções e conhecimentos dos profissionais sobre os processos de radicalização e os riscos associados ao consumo online de conteúdos violentos; identificar as estratégias utilizadas na intervenção com indivíduos radicalizados ou em processo de radicalização; compreender as necessidades formativas e os recursos considerados necessários pelos profissionais e mapear as dificuldades enfrentadas no exercício da prática profissional. Por último, visamos, com

este estudo, contribuir, também, para a proposta de orientações práticas que melhorem a prevenção e a intervenção nesta área.

Método

Participantes

Definiu-se, como critérios de inclusão, que os participantes tivessem 18 ou mais anos, que dominassem a língua portuguesa, que a sua experiência profissional (e.g., psicólogos, assistentes sociais, técnicos de reinserção, magistrados, agentes das forças de segurança, entre outros) envolvesse contacto, atual ou passado, com indivíduos em processo de radicalização, e que compreendessem e aceitassem o termo de consentimento informado que precedia a colaboração no estudo.

Instrumentos

Para a recolha de dados, procedeu-se à elaboração e aplicação de um questionário por nós construído, especificamente para este estudo, o qual foi disponibilizado online (Anexo A).

A opção pela aplicação do questionário online resultou da ponderação da sua acessibilidade, da garantia de anonimato e da possibilidade de, por essa via, se poder aceder mais eficazmente a participantes dispersos geograficamente, permitindo uma recolha de dados mais diversificada e célere (Creswell & Creswell, 2018). Este formato apresenta vantagens adicionais, como a flexibilidade, a conveniência e a automatização do processo de recolha e análise (Lefever et al., 2007), reforçando a validade ecológica do estudo (Dewaele, 2018). Contudo, reconhecem-se limitações inerentes a este método, nomeadamente a auto-seleção dos participantes e potenciais riscos de fraca adesão ou de privacidade (Evans & Mathur, 2005). Atendendo à inexistência, tanto quanto a revisão de literatura por nós efetuada revelou, de instrumentos padronizados que articulem o conhecimento sobre a radicalização com as perceções, experiências e práticas profissionais, optou-se pela construção de um questionário original, adaptado aos objetivos específicos do presente estudo.

No início do formulário é apresentada uma breve explicação dos objetivos do estudo e o formulário de consentimento informado (Anexo B). Quando este é aceite, inicia-se o questionário propriamente dito, que é constituído por quatro secções principais:

Dados sociodemográficos

Para caracterizar a amostra, recolheram-se dados sociodemográficos, incluindo a idade, o género, a profissão, a área e o setor de atuação profissional, o tempo de experiência e a região onde exercem funções. Todas as perguntas desta secção foram de resposta fechada.

Conhecimentos e experiências de contacto com a radicalização e o consumo de conteúdos violentos online

Com base nos objetivos do estudo, foram incluídas questões relativas ao contacto prévio (pessoal e/ou profissional) com processos de radicalização e com indivíduos radicalizados, bem como situações de consumo, partilha ou produção de conteúdos violentos online. Foi ainda questionado o conhecimento e experiência com casos que envolvessem ambos os fenómenos e, aos participantes que referiram ter tido algum tipo de contacto, foram colocadas questões de resposta aberta sobre os tipos de radicalização observados, os comportamentos problemáticos identificados, os fatores de risco e de proteção associados e, ainda, a descrição das circunstâncias em que ocorreu o contacto.

Adicionalmente, questionou-se sobre a perceção dos participantes quanto à associação entre o consumo de conteúdos violentos online e os processos de radicalização (escala de Likert de 5 pontos, de *Discordo totalmente* a *Concordo totalmente*), sendo, ainda, solicitada uma justificação em resposta aberta. Finalmente, foi apresentada uma escala de avaliação da influência de diferentes fatores de risco e de proteção no processo de radicalização, em que os participantes classificaram cada um dos fatores numa escala de 0 (*nenhuma influência*) a 5 (*muita influência*).

Estratégias de intervenção e formação

Nesta secção, os participantes foram convidados a descrever as estratégias ou práticas profissionais adotadas perante casos de radicalização e/ou consumo de conteúdos violentos. Questionou-se se consideram possuir formação suficiente para lidar com estas situações (resposta fechada: *Sim*, *Não* ou *Parcialmente*) e, em caso negativo, foi solicitado que indicassem o tipo de formação que consideravam necessária (resposta aberta). Foi também questionada a perceção dos participantes sobre a adequação das respostas institucionais atualmente existentes, sendo dada a possibilidade de justificarem a sua resposta e proporem alternativas (resposta mista: fechada com seguimento aberto).

Necessidades e Sugestões

Foram incluídas questões abertas sobre as principais dificuldades sentidas pelos profissionais no contacto com indivíduos radicalizados e/ou em processo de radicalização. Questionou-se sobre as estratégias de prevenção e intervenção consideradas mais urgentes, bem como sobre o papel que a profissão do participante poderá assumir na prevenção deste

fenómeno. Foi igualmente facultado um espaço final para comentários e sugestões adicionais.

Procedimentos

O estudo foi divulgado online, através do envio do *link* para acesso ao questionário. Este foi disseminado em instituições cuja missão e âmbito de atuação pudessem incluir o acompanhamento de indivíduos potencialmente envolvidos em processos de radicalização (e.g. forças de segurança, instituições de apoio social, de reinserção social, gabinetes de apoio psicológico) e nas redes sociais (Linkedin, Instagram, Facebook). Constituiu-se, assim, uma amostra intencional, por conveniência, tendo-se recorrido, também, a um procedimento do tipo “bola de neve” junto dos indivíduos e as associações contactadas para a angariação de participantes, solicitando a indicação de outros indivíduos que pudessem integrar a amostra.

O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto. A recolha de dados foi realizada entre julho e setembro de 2025.

Procedimentos de análise de dados

Análise Quantitativa

Procedeu-se à realização de análises estatísticas descritivas (frequências, percentagens, médias, medianas e desvios-padrão), tendo em conta natureza das variáveis em jogo e os objetivos do estudo. Estas análises foram realizadas com recurso ao programa IBM SPSS Statistics, versão 30.0.

As respostas abertas foram submetidas a um processo de categorização temática de carácter indutivo, no qual as categorias emergiram diretamente dos dados fornecidos pelos participantes. Após a leitura integral do material, foram identificados padrões de significado recorrentes, que permitiram a criação de categorias conceptualmente distintas e mutuamente exclusivas. Para possibilitar o tratamento estatístico, as categorias foram recodificadas em formato binário (1 = presença; 0 = ausência) e analisadas em termos de frequências e percentagens.

Com o objetivo de assegurar a transparência e a replicabilidade, cada categoria foi definida a partir de critérios de inclusão e exclusão, acompanhados de exemplos ilustrativos. A título de exemplo, para a questão “O que é, para si, um processo de radicalização?”, emergiram as seguintes categorias: (C1) Adoção de ideias extremistas; (C2) Justificação ou prática de violência; (C3) Conversão Ideológica; (C4) Desvio de normas sociais e (C5)

Processo grupal/recrutamento. As definições operacionais das restantes categorias, bem como exemplos ilustrativos, encontram-se apresentados em apêndice (Anexo C).

Resultados

Análise descritiva

A amostra foi composta por 51 profissionais que trabalham em diferentes áreas com potencial contacto com o fenómeno de radicalização. Relativamente ao género, participaram 27 homens (52,9%) e 24 mulheres (47,1%). No que respeita à faixa etária, a maioria dos participantes situava-se entre os 30 e os 39 anos ($n = 17$, 33,3%), seguindo-se os 40-49 anos ($n = 15$, 29,4%), os 20-29 anos ($n = 11$, 21,6%) e, por fim, os 50 anos ou mais ($n = 8$, 15,7%).

No que diz respeito à profissão, destacaram-se os profissionais das forças de segurança ($n = 24$, 47,1%) e os psicólogos ($n = 14$, 27, 5%). Outras profissões foram também representadas, mas em menor número, tais como assistentes sociais ($n = 3$, 5,9%), técnicos superiores de reinserção social ($n = 2$, 3,9%), guardas prisionais ($n = 2$, 3,9%), analistas de crime financeiro ($n = 1$, 2,0%), criminólogos ($n = 1$, 2,0%), médicos ($n = 1$, 2,0%), jornalistas ($n = 1$, 2,0%), e técnicos de contabilidade ($n = 1$, 2,0%).

Em termos de área de atuação, a maior proporção de participantes trabalhava nas forças de segurança ($n = 25$, 29,0%), seguindo-se a intervenção social ($n = 5$, 9,8%), a saúde ($n = 4$, 7,8%) e a proteção de crianças e jovens ($n=3$, 5,9%). Áreas como projetos comunitários ou de inclusão social ($n = 3$, 5,9%), instituições ou gabinetes de atendimento a vítimas ($n = 2$, 3,9%), equipas de rua ($n = 1$, 2,0%), tutelar educativo ($n = 1$, 2,0%) e cibersegurança ($n = 1$, 2,0%) também estiveram presentes.

Relativamente ao tempo de experiência profissional, observou-se que 26 participantes (51,0%) detinham mais de 10 anos de experiência, 17 (33,3%) entre 1 a 5 anos, 6 (11,8%) entre 6 e 10 anos e apenas 2 (3,9%) tinham menos de um ano de prática. Quanto à região onde exerciam funções, predominou a região Norte ($n=28$, 54,9%), seguida do Centro ($n = 12$, 23,5%), Lisboa ($n = 4$, 7,8%), Alentejo ($n = 4$, 7,8%) e Algarve ($n = 3$, 5,9%).

Conhecimentos relativos ao fenómeno da radicalização

A maioria dos participantes relatou ter conhecimento sobre os processos de radicalização ($n = 44$, 86,3%), enquanto apenas uma minoria afirmou não ter qualquer conhecimento prévio sobre o fenómeno ($n = 7$, 13,7%).

No que respeita às definições do conceito de radicalização, a categoria mais frequentemente evocada foi a de adoção de ideias extremistas ($n = 35$, 68,8%), seguindo-se a justificação ou prática de violência ($n = 17$, 33,3%) e a conversão ideológica ou doutrinária ($n = 14$, 27,5%). Também surgiram referências ao desvio de normas sociais ($n = 10$, 19,6%) e ao processo grupal e recrutamento ($n = 8$, 15,7%). Apenas dois participantes (3,9%) não apresentaram conteúdo relevante nesta definição.

Relativamente à definição de pessoa ou grupo radicalizado, a categoria mais salientada foi novamente a de adoção ideias extremistas ($n = 34$, 66,7%), complementada por referências à rejeição da diferença e intolerância ($n = 15$, 29,4%), à justificação ou prática de violência ($n = 13$, 25,5%) e à inserção em grupo ou organização radical ($n = 15$, 29,4%). Outras respostas incluíram a conversão ideológica ($n = 6$, 11,8%), a oposição aos valores democráticos ($n = 6$, 11,8%) e a consideração de fatores sociais, psicológicos e/ou contextuais ($n = 3$, 5,9%). Apenas um participante (2,0%) não forneceu qualquer conteúdo nesta questão.

Contacto com casos de radicalização

Um pouco mais de metade dos participantes referiu ter tido contacto profissional com casos de radicalização ($n = 27$, 52,9%), enquanto 47,1% ($n = 24$) indicaram não ter tido tal experiência. Entre os que relataram ter tido contacto profissional, os tipos de radicalização mais frequentemente identificados foram a ideológica ($n = 4$, 7,8%), a religiosa ($n = 4$, 7,8%) e a violenta ($n = 4$, 7,8%), seguidas da política ($n = 3$, 5,9%) e, em menor número, a não violenta ($n = 2$, 3,9%), a extremista ($n = 1$, 2,0%) e a terrorista ($n = 1$, 2,0%).

No que diz respeito ao contacto pessoal com casos de radicalização, dois terços da amostra afirmaram ter tido tal experiência ($n = 34$, 66,7%), enquanto um terço indicou não ter tido ($n = 17$, 33,3%). Entre os tipos de radicalização identificados em contexto pessoal, destacaram-se a ideológica ($n = 8$, 15,7%) e a violenta ($n = 8$, 15,7%), seguidas da política ($n = 4$, 7,8%) e da religiosa ($n = 4$, 7,8%). Outras categorias foram menos frequentes, nomeadamente, a não violenta ($n = 2$, 3,9%), a extremista ($n = 2$, 3,9%) e a terrorista ($n = 1$, 2,0%).

Contacto com casos envolvendo conteúdos violentos online

A maioria dos participantes indicou não ter tido contacto com casos que envolvessem o consumo, partilha ou produção de conteúdos violentos online ($n = 40$, 78,4%), enquanto 21,6% ($n = 11$) referiu ter tido tal experiência. Entre as circunstâncias listadas, destacou-se o consumo de conteúdos violentos ($n = 8$, 15,7%), seguido da partilha em grupos ($n = 2$, 3,9%) e, em menor número, da manipulação de imagens com nudez ($n = 1$, 2,0%), da prática

de crimes associados a conteúdos violentos ($n = 1$, 2,0%) e da replicação de comportamentos agressivos ou sexuais ($n = 1$, 2,0%).

Relativamente aos tipos de conteúdos, a categoria mais reportada foi a violência física ($n = 6$, 11,8%), seguida da violência por motivos ideológicos ($n = 4$, 7,8%). Outras formas menos frequentes incluíram a violência sexual, emocional, contra animais, automutilação e manipulação de imagens para fins sexuais ($n = 1$, 2,0%).

No que respeita à caracterização das pessoas envolvidas, foram mais mencionados os adolescentes ($n = 6$, 11,8%), seguidos dos jovens adultos ($n = 2$, 3,9%) e adultos ($n = 3$, 5,9%). Também surgiram referências ao género, com destaque para o masculino ($n = 4$, 7,8%) e, apenas num reduzido número de casos, feminino ($n = 3$, 5,9%).

A esmagadora maioria dos participantes não reportou contacto com os dois fenómenos (radicalização e conteúdos violentos), em simultâneo ($n = 46$, 90,2%), e apenas 9,8% ($n = 5$) indicaram essa ocorrência. Quanto às descrições dos casos, as mais frequentes foram o consumo ou partilha de conteúdo violento ($n = 7$, 13,7%), seguidas de situações relacionadas com terrorismo ($n = 2$, 3,9%) e situações relacionadas com a atividade profissional ($n = 1$, 2,0%).

No que se refere à associação entre o consumo de conteúdos violentos e os processos de radicalização, quase metade dos participantes concordou com essa ligação ($n = 25$, 49,0%) e 29,4% ($n = 15$) concordaram totalmente. Apenas uma minoria discordou ($n = 2$, 3,9%), enquanto 17,6% ($n = 9$) adotou uma posição neutra.

As justificações mais mencionadas para essa associação foram a propaganda e recrutamento ($n = 8$, 15,7%), a modelagem de comportamentos ($n = 7$, 13,7%) e a normalização da violência ($n = 6$, 11,8%). Outras explicações incluíram os algoritmos ($n = 5$, 9,8%), a vulnerabilidade psicológica ($n = 4$, 7,8%), a complexidade do fenómeno ($n = 4$, 7,8%) e a manipulação e construção ideológica ($n = 3$, 5,9%). Uma minoria referiu a crítica social/política ($n = 2$, 3,9%). Por fim, 23,5% ($n = 12$) optou por não dar a sua opinião.

Fatores de risco, de proteção e perceções sobre a influência dessas variáveis

No que concerne aos indicadores de radicalização, a maioria dos participantes não identificou conteúdos relevantes ($n = 45$, 88,2%). Entre os que referiram indicadores, destacaram-se a intolerância ideológica ($n = 4$, 7,8%) e a agressividade/violência ($n = 3$, 5,9%).

Relativamente à faixa etária dos indivíduos envolvidos, a esmagadora maioria não indicou idades específicas ($n = 47$, 92,2%), sendo que apenas uma minoria mencionou

crianças/adolescentes ($n = 2, 3,9\%$), adultos jovens ($n = 1, 2,0\%$) e adultos de meia idade ($n = 1, 2,0\%$), não tendo sido referidos seniores.

Nos fatores de risco, $78,4\%$ ($n = 40$) não identificou conteúdos. Os fatores mais assinalados foram violência prévia e vitimação ($n = 4; 7,8\%$), dificuldades emocionais e de autorregulação ($n = 3, 5,9\%$) e ideologia extremada e fanatismo ($n = 3, 5,9\%$). Outros fatores, menos referidos ainda, incluíram contexto familiar disfuncional ($n = 2, 3,9\%$), fatores socioculturais amplos ($n = 2, 3,9\%$) e comportamentos de risco ($n = 1, 2,0\%$).

Quanto aos fatores de proteção, $80,4\%$ ($n = 41$) não respondeu. Pelos restantes participantes, os fatores mais destacados foram a rede de suporte social ($n = 4, 7,8\%$), a capacidade de autorreflexão ($n = 3, 5,9\%$) e as condições socioeconómicas favoráveis ($n = 2; 3,9\%$). Apenas 1 participante ($2,0\%$) mencionou a integração grupal positiva como fator de proteção.

A análise da escala de influência revelou que os fatores considerados mais relevantes foram a influência dos pares ($Mdn = 5$), a exclusão e estigma ($Mdn = 5$) e o conteúdo extremista online ($Mdn = 5$). Também se destacaram o isolamento social ($Mdn = 4$), os comportamentos criminais ($Mdn = 4$) e as referências a grupos racistas e homofóbicos ($Mdn = 5$).

Em contrapartida, os fatores considerados menos relevantes incluíram a saúde mental ($Mdn = 3$), a pornografia adulta ($Mdn = 4$), a pornografia infantil ($Mdn = 4$) e o género ($Mdn = 3$). Já fatores como o consumo de substâncias, a dependência da internet, a pertença a grupos machistas e a experiência de discriminação apresentaram valores intermédios ($Mdn = 4$), sugerindo que, embora reconhecidos como influências, não atingiram o mesmo grau de relevância atribuído a fatores relacionais e contextuais.

Formação recebida

No que respeita à formação especializada recebida, no âmbito da radicalização, a quase totalidade da amostra referiu não ter tido acesso a qualquer tipo de formação ($n = 48, 94,1\%$). Apenas uma minoria ($n = 3, 5,9\%$) reportou ter beneficiado de formação específica nesta área.

Entre aqueles que tiveram acesso a formação, todos consideraram, suficiente para o exercício da sua prática profissional ($n = 3, 5,9\%$) contrastando com os restantes participantes, que, por não terem recebido formação, avaliaram-na como inexistente ou insuficiente ($n = 48, 94,1\%$).

Necessidades identificadas, ao nível da formação e da intervenção

Quanto às necessidades de formação, os profissionais salientaram sobretudo formação sobre o fenómeno da radicalização ($n = 20$, 39,2%) e no âmbito da saúde mental ($n = 18$, 35,3%). Seguiram-se estratégias de identificação e intervenção ($n = 15$, 29,4%), formação prática ($n = 14$, 27,5%) e focada nos direitos humanos ($n = 12$, 23,5%). Foram ainda referidas necessidade de formação contínua ($n = 11$, 21,6%), formação jurídica ($n = 9$, 17,6%), de literacia digital ($n = 8$, 15,7%), formação multidisciplinar ($n = 7$, 13,7%) e de estratégias de comunicação ($n = 6$, 11,8%). Uma parte dos participantes não indicou necessidades de formação ($n = 10$, 19,6%).

Relativamente às necessidades de intervenção/estratégias, destacou-se o diálogo e a empatia ($n = 22$, 43,1%), seguida da psicoeducação ($n = 17$, 33,3%) e do apoio psicossocial ($n = 14$, 27,5%). Também foram referidas a neutralidade ($n = 7$, 13,7%) e ações legais ($n = 9$, 17,6%). Uma minoria não apresentou sugestões nesta dimensão ($n = 5$, 9,8%).

Principais dificuldades identificadas pelos profissionais no trabalho com indivíduos em processo de radicalização

Relativamente às dificuldades enfrentadas pelos profissionais, no trabalho com indivíduos radicalizados ou em processo de radicalização, a maioria não indicou qualquer obstáculo ($n = 42$, 82,4%). Entre os que referiram dificuldades, as mais destacadas foram a falta de formação ($n = 11$, 21,6%) e a falta de experiência ($n = 11$, 21,6%), seguidas da resistência ao diálogo por parte dos indivíduos nessas condições ($n = 9$, 17,6%).

Outros constrangimentos mencionados incluíram a dificuldade de comunicação ($n = 4$, 7,8%), a complexidade do fenómeno ($n = 4$, 7,8%) e a estigmatização ou preconceito ($n = 4$, 7,8%). Foram ainda apontados, embora de forma menos expressiva, o isolamento social ($n = 3$, 5,9%), a dificuldade na intervenção ($n = 3$, 5,9%), a gestão emocional ($n = 2$, 3,9%), bem como limitações legais ($n = 1$, 2,0%) e a necessidade de desconstrução de crenças ($n = 1$, 2,0%).

Perceção do grau de adequação das respostas institucionais e falhas apontadas

No que respeita à perceção da adequação das respostas institucionais, a maioria dos profissionais considerou que estas não são adequadas ($n = 38$, 74,5%), enquanto apenas uma minoria manifestou concordância com a sua suficiência ($n = 13$, 25,5%).

Entre as principais falhas e necessidades identificadas, destacaram-se a falta de formação ($n = 15$, 29,4%), a necessidade de respostas mais abrangentes ($n = 14$, 27,5%) e a inexistência de sugestões de melhoria específicas ($n = 11$, 21,6%). Também foram salientadas a falta de articulação entre entidades ($n = 12$, 23,5%), a escassez de recursos e

meios ($n = 10$, 19,6%) e a falta de informação e divulgação ($n = 17$, 6%). Com menor frequência, foram ainda mencionadas a falta de legislação adequada ($n = 8$, 15,7%), a abordagem excessivamente securitária ($n = 7$, 13,7%), a falta de investigação ou atualização ($n = 6$, 11,8%) e a desconfiança institucional ($n = 5$, 9,8%).

Propostas de melhoria, estratégias prioritárias e comentários adicionais

No que respeita às propostas de medidas, intervenções e/ou estratégias que consideram urgente implementar, para prevenir e/ou combater a radicalização, a maioria dos profissionais não apresentou contributos adicionais ($n = 40$, 78,45%). Entre os que responderam, destacou-se a educação e consciencialização ($n = 11$, 21,6%), a formação de profissionais ($n = 8$, 15,7%) e a intervenção precoce ($n = 7$, 13,7%). Também foram mencionadas, embora com menor frequência, a informação pública ($n = 6$, 11,8%), a monitorização tecnológica ($n = 5$, 9,8%) e a criação de políticas públicas mais robustas ($n = 4$, 7,8%).

Relativamente ao papel da profissão de cada participante, na prevenção da radicalização, estes apontaram, sobretudo, a sensibilização e educação ($n = 10$, 19,6%), a intervenção e acompanhamento ($n = 9$, 17,6%) e a prevenção/atuação proativa ($n = 9$, 17,6%). Foram, ainda, referidas a sinalização/identificação de casos ($n = 8$, 15,7%), a formação contínua dos profissionais ($n = 7$, 13,7%) e a colaboração institucional ($n = 5$, 9,8%), embora a maioria não tenha apresentado sugestões ($n = 35$, 68,6%).

Quanto à questão aberta, para comentários ou sugestões adicionais, a maioria dos participantes não apresentou contributos ($n = 30$, 58,8%). Entre os que deixaram observações, destacaram-se as referências à prevenção ($n = 12$, 23,5%), à promoção dos direitos humanos ($n = 10$, 19,6%) e à importância da colaboração entre entidades ($n = 9$, 17,6%). Foram ainda mencionados aspetos como a preocupação social ($n = 8$, 15,7%), a reflexão sociopolítica ($n = 7$, 13,7%) e a necessidade de reforçar a formação ($n = 6$, 11,8%).

Análise Inferencial

As associações entre variáveis foram analisadas com recurso ao teste do Qui-quadrado de Pearson e, para complementar a interpretação, consideraram-se medidas de associação, nomeadamente Phi, V de Cramer e odds ratio. Para além destas análises bivariadas, foi realizada uma Análise Fatorial de Correspondência Múltipla (AFCM), produziram-se tabelas de contingência (crosstabs) e aplicou-se o teste de Mann-Whitney U.

Associação entre dados sociodemográficos e conhecimento do fenómeno da radicalização

A análise fatorial de correspondência múltipla (AFCM) permitiu explorar, simultaneamente, as associações entre as variáveis sociodemográficas e as definições de

radicalização. O modelo revelou duas dimensões principais que, em conjunto, explicaram 67,6% da variância (Dimensão 1: 62,1%; Dimensão 2: 5,5%). As medidas de discriminação evidenciaram que a área profissional e o tempo de experiência foram as variáveis que mais contribuíram para a estrutura das dimensões, enquanto o género apresentou contributo residual. No mapa de correspondências, observou-se a proximidade entre mulheres e a definição de radicalização como ideias extremas, ao passo que os homens se distribuíram mais entre violência e recrutamento. Adicionalmente, verificou-se que os profissionais com menos experiência se situaram próximos da categoria sem conteúdo ou de definições menos elaboradas, enquanto os de experiência intermédia (6–10 anos) se associaram mais frequentemente à conversão ideológica.

Assim, os resultados sugerem que as representações do fenómeno da radicalização não são homogêneas, variando, sobretudo, em função da área profissional e da senioridade, ainda que algumas tendências se expressem, também, em função do género.

Associação entre a profissão, as dificuldades e necessidades de formação identificadas

A análise integrada dos resultados sugere que as dificuldades identificadas pelos profissionais estão intimamente ligadas às necessidades formativas que reportam, sendo estas associações moldadas, também, pelo contexto profissional. Por exemplo, os assistentes sociais destacaram o isolamento social como principal dificuldade (66,7%), o que se refletiu na ênfase dada à educação/consciencialização (33,3%) e à desconstrução de crenças (33,3%), convergindo com os resultados dos cruzamentos estatísticos que mostraram a associação entre isolamento social e a necessidade de formação em saúde mental ($\chi^2(1) = 9.26, p = .002; OR \approx 8.1$).

Entre os profissionais das forças de segurança, que reportaram maior diversidade de dificuldades — incluindo resistência ao diálogo (20,8%), isolamento social (29,2%) e falta de experiência (29,2%) —, sobressaiu, igualmente, uma diversidade de necessidades formativas, com destaque para a monitorização tecnológica (29,2%) e políticas públicas (12,5%). Estas tendências alinham-se com os resultados da associação entre a perceção da complexidade do fenómeno e a procura de formação multidisciplinar ($\chi^2(1) = 32.55, p < .001; OR \approx 42.0$), sugerindo que estes profissionais reconhecem a natureza multifacetada da radicalização e a necessidade de estratégias mais abrangentes.

Na área da psicologia, a ausência de referências a dificuldades sentidas foi frequente (42,9%), mas surgiram menções à falta de formação (14,3%) e à desconstrução de crenças (14,3%), acompanhadas por necessidades de educação/consciencialização (42,9%) e formação de profissionais (28,6%). Já os técnicos superiores apontaram, de forma

equilibrada, a falta de formação, de experiência e a dificuldade de intervenção (33,3% cada), refletindo, igualmente, necessidades formativas distribuídas. Por sua vez, os guardas prisionais destacaram limitações legais (50,0%), o que se articula com os resultados que associaram esta dificuldade à procura de formação em comunicação ($\chi^2(1) = 11.99$, $p = .001$; $OR \approx 10.5$) e multidisciplinar ($\chi^2(1) = 7.65$, $p = .006$; $OR \approx 5.7$).

Em síntese, os resultados indicam que, embora existam dificuldades transversais a várias áreas (como estigmatização, isolamento social ou resistência ao diálogo), estas assumem diferentes pesos consoante o grupo profissional. Do mesmo modo, as necessidades formativas refletem essas especificidades, reforçando a importância de programas de capacitação ajustados ao perfil e às práticas de cada profissão.

Associação entre as perceções sobre a influência de diversos fatores no processo de radicalização em dois grupos profissionais (Forças de Segurança e Psicólogos)

No que respeita à análise comparativa entre os dois grupos profissionais mais representativos da amostra — forças de segurança ($n = 24$) e psicólogos ($n = 14$) —, foram realizados testes de Mann-Whitney U, de modo a verificar diferenças nas perceções sobre a influência de diversos fatores no processo de radicalização.

Os resultados indicaram diferenças estatisticamente significativas em várias dimensões. Os psicólogos atribuíram maior influência do que os profissionais das forças de segurança aos fatores exclusão/estigma ($U = 100,50$; $p = .030$), comportamentos criminais ($U = 99,50$; $p = .028$), alvo de discriminação ($U = 99,50$; $p = .031$) e pornografia de adultos ($U = 81,00$; $p = .007$). Diferenças igualmente significativas foram encontradas relativamente à perceção da influência de grupos machistas ($U = 75,00$; $p = .003$), grupos racistas ($U = 69,50$; $p = .001$) e grupos homofóbicos ($U = 76,50$; $p = .003$), dimensões em que os psicólogos também atribuíram maior peso.

Pelo contrário, não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em fatores como influência dos pares ($p = .180$), isolamento social ($p = .324$), saúde mental ($p = .662$), consumo de substâncias ($p = .876$) e pornografia infantil ($p = .107$). Importa, contudo, destacar a existência de valores próximos do nível de significância em relação à influência do conteúdo extremista online ($p = .061$) e da dependência da internet ($p = .076$), sugerindo uma tendência para que os psicólogos também percecionem estes fatores como mais influentes do que os profissionais das forças de segurança. Por sua vez, as forças de segurança atribuíram, de forma geral, maior relevância a aspetos de natureza operacional e securitária, como a vigilância, o controlo e a intervenção direta em contextos de risco, o que é consistente com o seu enquadramento profissional.

De uma forma geral, os dados apontam para a existência de diferenças consistentes entre os dois grupos profissionais, com os psicólogos a valorizarem de forma mais acentuada fatores relacionados com contextos de exclusão social, pertença a grupos discriminadores ou extremistas, e envolvimento em comportamentos desviantes, ao passo que os profissionais das forças de segurança tendem a atribuir menor influência a estes fatores. Por outro lado, as forças de segurança valorizaram mais os aspetos associados à segurança pública e à resposta operacional, enfatizando indicadores comportamentais observáveis e o potencial risco de envolvimento em atividades ilícitas, em coerência com a sua função preventiva e de controlo.

Discussão

Optamos por organizar esta discussão em torno dos grandes objetivos que nos propusemos alcançar com este estudo. Assim, e relativamente ao primeiro objetivo – aceder aos conhecimentos e perceções dos profissionais sobre a radicalização -, de uma forma geral, verificou-se uma perceção pessoal elevada de conhecimento sobre a radicalização, sendo que a maioria dos participantes declarou conhecer e compreender o fenómeno, o que se confirmou no tipo de definição e características indicadas pelos participantes. As análises dos dados por nós realizadas, revelaram que esta perceção não é homogénea: as diferenças surgem, essencialmente, em função da área profissional, contrapondo, sobretudo, perceções e avaliações de agentes das forças de segurança e de psicólogos, havendo, também, diferenças em função do tempo de experiência. Já a influência do género revelou-se residual.

Estes resultados apontam para a primazia da experiência prática e do enquadramento profissional na forma como a radicalização é conceptualizada, em detrimento de fatores sociodemográficos. Tal constatação converge com evidências já documentadas, que sublinham a inexistência de uma definição única do fenómeno e a sua dependência dos contextos sociais, políticos e institucionais em que é interpretado (Neumann, 2013).

As discrepâncias entre profissionais mais e menos experientes também são relevantes. Os participantes com menor tempo de carreira apresentaram respostas menos elaboradas, frequentemente, limitadas a descrições genéricas ou incompletas, o que poderá refletir, tanto a ausência de contacto direto com situações de radicalização, como uma trajetória de formação menos completa. Estes resultados refletiram a dificuldade, já

assinalada por Borum (2011), em desenvolver definições claras e operacionalizáveis que orientem a prática. Em contraste, entre profissionais de carreira intermédia ou avançada, emergem representações mais complexas, nas quais surgem variáveis pessoais, a identificação de processos grupais e de dinâmicas de influência social, em linha com o “staircase model” de Moghaddam (2005) e com a perspetiva cognitiva proposta por Kruglanski et al. (2014).

Mais de metade dos participantes referiu ter tido contacto profissional com situações de radicalização e cerca de dois terços assinalaram experiências pessoais de contacto indireto, o que evidencia a perceção do fenómeno como próximo e socialmente relevante. Esta proximidade é consistente com investigações que têm sublinhado a crescente visibilidade da radicalização em diferentes contextos institucionais e comunitários (Hollewell & Longpré, 2022; Weine & Ahmed, 2021). A natureza dos contactos relatados revelou-se heterogénea, sendo que as forças de segurança enfatizaram, sobretudo, dimensões criminais e de ordem pública, ao passo que psicólogos e técnicos da área social destacaram vulnerabilidades individuais, questões de saúde mental e de pertença grupal. Esta diversidade de leituras ilustra o modo como o enquadramento ocupacional afeta as perceções, em consonância com a análise de Conway (2017) sobre o papel das lentes institucionais na interpretação da radicalização.

Entre os fatores considerados mais influentes na radicalização destacaram-se os pares, a exclusão/estigma e a exposição a conteúdo extremista online, que obtiveram valores medianos mais elevados. Esta valorização reflete a relevância dos mecanismos de influência interpessoal e digital, já documentados por diversos estudos: a interação social em ambientes homogéneos pode intensificar a polarização (Bail et al., 2018), enquanto as “câmaras de eco” digitais reforçam a adesão a narrativas radicais (Cinelli et al., 2021). Acresce que a internet tem sido amplamente descrita como espaço privilegiado para o recrutamento e a normalização de ideologias extremistas (Koehler, 2015; Von Behr et al., 2013), o que reforça a pertinência das perceções manifestadas pelos profissionais inquiridos.

A ênfase atribuída à exclusão e ao estigma articula-se com a investigação psicológica sobre vulnerabilidade social e procura de pertença, que tem identificado a solidão como fator de suscetibilidade acrescida a narrativas extremistas (Cacioppo et al., 2022) e a busca de significado e pertença como motor central no processo de radicalização (Kruglanski et al., 2014). As perceções dos profissionais, ainda que maioritariamente não sustentadas por formação especializada, revelam-se, assim, consistentes com modelos teóricos consolidados, sugerindo a existência de uma intuição prática, alinhada com a evidência científica.

Ainda assim, algumas assimetrias são dignas de nota. A identificação de fatores como “saúde mental” e “consumo de substâncias” obteve menor consenso, apesar de a literatura destacar a importância de vulnerabilidades psicológicas e contextos de risco associados a comportamentos aditivos (Allan et al., 2024; Twenge et al., 2024; WHO, 2025). Esta discrepância pode refletir limitações na formação dos profissionais, mas, também, indicar uma tendência para privilegiar fatores mais visíveis e tangíveis, como a pertença a grupos radicais ou a exposição a conteúdos extremistas, em detrimento de dimensões individuais mais complexas.

Relativamente ao nosso segundo grande objetivo – conhecer as necessidades de intervenção e de formação e as dificuldades práticas –, verificámos que o défice de formação especializada emergiu como um dado transversal, reportado por 94,1% dos participantes. Este resultado evidencia que, embora os profissionais reconheçam a relevância do fenómeno, a maioria sente-se desprovida de instrumentos conceptuais e técnicos adequados para o enfrentar. A pertinência desta lacuna encontra respaldo em investigações internacionais que sublinham a forma como a ausência de formação consistente compromete a identificação precoce de sinais de radicalização e a eficácia da intervenção (National Institute of Justice, 2022), sendo, mesmo, apontada como uma das principais barreiras à prevenção da radicalização em ambientes digitais (Australian Institute of Criminology, 2023).

A análise qualitativa evidenciou uma correspondência direta entre as dificuldades reveladas pelos indivíduos radicalizados e as necessidades de formação assinaladas pelos profissionais, relação que foi, também, confirmada pelos testes de associação. O isolamento social, por exemplo, surgiu como uma dimensão central nos indivíduos e esteve frequentemente associado à indicação de necessidade de mais formação em saúde mental. Esta associação é corroborada em estudos que relacionam a solidão e o isolamento com uma maior vulnerabilidade à adesão a narrativas extremistas (Cacioppo et al., 2022; WHO, 2025). As perceções dos profissionais revelam-se, assim, coerentes com a evidência científica, mas apontam para lacunas práticas, cuja superação exige programas formativos específicos.

A complexidade do fenómeno de radicalização surgiu, igualmente, como um obstáculo, associada à perceção da necessidade de formação de carácter multidisciplinar. Esta valorização traduz a consciência, por parte dos profissionais, de que a radicalização não pode ser compreendida a partir de uma única perspetiva — securitária, clínica, social ou outra —, requerendo, antes, uma abordagem integrada. Esta leitura converge com a crítica de Neumann (2013) à tendência para reduzir o fenómeno a explicações simplistas e aproxima-

se das propostas de Weine e Ahmed (2021), que defendem a construção de parcerias intersetoriais, como via para reforçar a resiliência comunitária face ao extremismo violento.

As limitações legais foram, igualmente, apontadas como entraves à prática quotidiana, frequentemente, acompanhadas da menção à necessidade de formação em comunicação interinstitucional e trabalho multidisciplinar. Esta perceção converge com investigações que destacam a relevância da articulação entre os sistemas de justiça, saúde e educação, na construção de respostas eficazes à radicalização (Lowry et al., 2024; Weine & Ahmed, 2021). A ausência de clareza quanto aos limites legais de atuação, em particular no que se refere à partilha de informação, tende a gerar barreiras significativas, deixando os profissionais numa posição de vulnerabilidade ou de inação.

A resistência ao diálogo com terceiros, por parte de radicalizados, foi apontada como uma das principais dificuldades, refletindo os desafios sentidos ao tentar desconstruir crenças rígidas e narrativas conspirativas (Douglas et al., 2019). A inserção em comunidades que reforcem essas crenças, descritas como “câmaras de eco” ou “bolhas de filtro” (Cinelli et al., 2021; Pariser, 2011), intensifica esta barreira, sublinhando a necessidade de desenvolver competências específicas em comunicação motivacional e intervenção junto de indivíduos radicalizados, aspetos ainda pouco explorados na formação profissional.

Verificou-se, ainda, que a experiência profissional condiciona o tipo de dificuldades assinaladas: os menos experientes salientaram, sobretudo, fatores contextuais, como o isolamento social, enquanto profissionais de carreira intermédia identificaram, mais frequentemente, a desconstrução de crenças como obstáculo central. Esta diferença sugere que a maturidade profissional expõe os indivíduos a situações mais complexas e resistentes, exigindo competências de intervenção mais sofisticadas. Tal constatação converge com investigações que indicam que a experiência pode exercer um efeito protetor, mas, simultaneamente confronta os profissionais com níveis acrescidos de exigência (Neumann, 2013).

No domínio das necessidades de intervenção, destacou-se a valorização de formação de carácter prático, concebida para capacitar os profissionais a atuar em contextos reais, em detrimento de abordagens exclusivamente teóricas. Esta preferência alinha-se com investigações recentes que evidenciam a relevância de metodologias formativas ativas e orientadas para a prática na prevenção do extremismo (Lowry et al., 2024). A ênfase atribuída a áreas como a saúde mental, dinâmicas grupais e comunicação interinstitucional, revela a procura de instrumentos que potenciem uma atuação mais integrada e eficaz.

A percepção de fragilidades estruturais nas respostas institucionais surgiu, igualmente, associada a esta dimensão, com destaque para falhas de articulação, insuficiência de recursos e ausência de informação adequada, fatores que comprometem a implementação de práticas consistentes. Estas críticas convergem com diagnósticos internacionais que têm sublinhado a necessidade de reforçar políticas públicas, promover uma comunicação mais eficaz entre instituições e investir em programas de capacitação contínua (National Institute of Justice, 2022; Australian Institute of Criminology, 2023).

Relativamente ao nosso terceiro objetivo – analisar semelhanças e diferenças nas percepções, conhecimentos e necessidades dos diferentes profissionais –, verificou-se que a amostra contemplava, predominantemente, dois grupos profissionais, psicólogos e forças de segurança. Por essa razão, só foi possível estabelecer comparações significativas entre estes dois grupos. No que diz respeito aos níveis de conhecimento sobre e de contacto com o fenómeno da radicalização, não se encontraram diferenças significativas entre estes tipos de profissionais.

Ao nível das conceções e percepções sobre o fenómeno, contudo, os resultados revelaram que os psicólogos atribuíram maior influência do que as forças de segurança a fatores ligados à exclusão social, discriminação, pertença a grupos de ódio, comportamentos criminais e pornografia de adultos, observando-se tendências semelhantes relativamente ao conteúdo extremista online e à dependência da internet. Por sua vez, os profissionais das forças de segurança atribuíram maior relevância a aspetos de natureza operacional e securitária, relacionados com o controlo, a vigilância e a prevenção de comportamentos de risco. Em contraste, não se verificaram diferenças em variáveis como pares, isolamento social, saúde mental, consumo de substâncias e pornografia infantil.

Estas discrepâncias refletem paradigmas profissionais distintos: os psicólogos enfatizam vulnerabilidades individuais e contextos de marginalização, em consonância com estudos que apontam a estigmatização e a discriminação como fatores de risco (Kruglanski et al., 2014; Cacioppo et al., 2022) e com investigações que associam grupos discriminadores ao reforço de ideologias extremistas, em comunidades digitais (Ging, 2019; Van Valkenburgh, 2021). Já as forças de segurança tendem a privilegiar fatores de natureza operacional e securitária, conceptualizando a radicalização sobretudo como um risco potencial de violência e uma ameaça à ordem pública (Conway, 2017; Ministério da Administração Interna, 2025).

Esta diferença reflete, muito provavelmente, as especificidades da formação de base de cada um dos grupos, mas será resultado, também, da ausência de uma definição

consensual do fenómeno, tal como problematizado por Neumann (2013), permitindo interpretações divergentes entre setores. Embora essa diversidade de olhares possa constituir uma riqueza complementar, também pode gerar dissonâncias na intervenção, se não existirem protocolos comuns, sendo, por isso, essencial promover parcerias intersetoriais e canais de comunicação eficazes (Weine & Ahmed, 2021).

As diferenças relativas ao conteúdo extremista online e à dependência da internet, merecem igualmente atenção, dado que os psicólogos tenderam a atribuir-lhes maior relevância. Esta perceção está alinhada com a investigação que descreve a internet como espaço privilegiado de radicalização, através de “câmaras de eco”, bolhas de filtro e sistemas de recomendação que amplificam discursos extremistas (Bail et al., 2018; O’Callaghan et al., 2014; Ribeiro et al., 2020, 2023). A menor valorização atribuída pelas forças de segurança poderá refletir uma visão mais tradicional, centrada em redes físicas e em contactos presenciais, o que sugerirá a importância da atualização formativa, para acompanhar a crescente centralidade do espaço digital.

As diferenças de perceção entre psicólogos e forças de segurança refletem paradigmas profissionais distintos: enquanto os psicólogos enfatizam fatores de vulnerabilidade social e psicológica, as forças de segurança tendem a privilegiar uma leitura mais operacional e preventiva do fenómeno, focada na gestão do risco e na proteção da ordem pública. Mais do que um obstáculo, esta diversidade pode constituir um recurso complementar, desde que enquadrada em estratégias de cooperação. Uma resposta eficaz à radicalização exige, assim, a integração da sensibilidade clínica dos psicólogos com a vigilância operacional das forças de segurança, apoiada por programas de formação diferenciada, de formas articuladas e integradas, capazes de criar estratégias e linguagens comuns, entre profissões, que favoreçam a cooperação.

Paralelamente às diferenças entre áreas profissionais, emergiu, de forma transversal, uma visão crítica sobre as respostas institucionais existentes, com a maioria dos participantes a identificar falhas estruturais e a propor melhorias. Estas perceções, comuns a diferentes subgrupos, traduzem, não só dificuldades práticas, mas, também, pistas ou indicadores relevantes para o desenho de políticas públicas e estratégias de intervenção mais eficazes.

Respostas institucionais e propostas de melhoria

Dos resultados obtidos, sobressai uma perceção crítica sobre as respostas institucionais ao fenómeno da radicalização, consideradas inadequadas pela maioria dos profissionais (74,5%). As justificações apontaram para a falta de formação específica, a ausência de articulação eficaz entre entidades, a escassez de recursos humanos e materiais e

a insuficiente partilha de informação, revelando que as limitações identificadas são de natureza estrutural e não apenas contextual. Estes resultados estão em consonância com a investigação internacional que, desde há muito, sublinha falhas semelhantes: o *National Institute of Justice* (2022) destacou a ausência de protocolos comuns, como obstáculo à intervenção precoce; o *Australian Institute of Criminology* (2023) salientou a escassez de recursos e a limitada capacitação dos profissionais, sobretudo em ambientes online; e Conway (2017), em contexto europeu, apontou a fragmentação entre setores, como barreira à eficácia das respostas.

Apesar deste diagnóstico negativo, os participantes apresentaram propostas de melhoria que incidem sobre a educação e a consciencialização da sociedade, a formação especializada e contínua adaptada a diferentes áreas profissionais, a deteção precoce de sinais de vulnerabilidade, o reforço da literacia digital e da monitorização tecnológica e a implementação de políticas públicas mais robustas, capazes de sustentar a cooperação interinstitucional. Estas propostas alinham-se com recomendações já formuladas por diversos autores: Weine e Ahmed (2021) defenderam parcerias comunitárias genuínas, Vail (2023) salientou a importância da educação e da literacia digital na prevenção junto de jovens, e Ware (2023) alertou para a necessidade de respostas inovadoras, perante novas formas de radicalização online. O conjunto destas perceções e recomendações evidencia que os profissionais, não só reconhecem as falhas estruturais, como também formulam estratégias de intervenção realistas e consistentes com a evidência científica, posicionando-se como parceiros ativos na construção de políticas públicas e programas de prevenção e intervenção.

Assim, a perceção de inadequação institucional deve ser entendida como um alerta aos decisores políticos e gestores de serviços, ao mesmo tempo que as propostas apresentadas constituem contributos concretos para o reforço do sistema, desde a educação e a literacia digital até ao investimento em formação diferenciada, deteção precoce e políticas intersetoriais.

O presente estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a dimensão da amostra, mais reduzida do que desejávamos e antecipávamos (N=51) e com alguns enviesamentos, o que limita a possibilidade de generalização dos resultados. Embora tenha incluído uma diversidade de áreas profissionais, algumas categorias ficaram sub-representadas, reduzindo o potencial de comparação entre diferentes grupos. Do ponto de vista metodológico, importa referir que o questionário utilizado foi especificamente construído para este estudo e não se encontrava previamente validado, o

que constitui uma limitação à comparação direta com outros trabalhos. Adicionalmente, as análises estatísticas recorreram sobretudo a procedimentos bivariados, impossibilitando a exploração de interações mais complexas entre fatores individuais, profissionais e institucionais.

Apesar destas limitações, os resultados obtidos oferecem contributos relevantes, tendo permitido a produção de conhecimentos novos, que poderão enformar novos modelos teórico-práticos, e sugerem várias pistas para investigações futuras. Estudos subsequentes poderiam recorrer a amostras maiores e mais representativas, equilibrando as diferentes categorias profissionais e permitindo análises comparativas mais robustas. A adoção de metodologias mistas — combinando questionários, entrevistas em profundidade e, eventualmente, observação direta — poderia enriquecer a compreensão do fenómeno e captar nuances que os dados exclusivamente quantitativos não permitem.

A utilização de análises multivariadas permitiria explorar a interação entre múltiplos fatores, aprofundando a compreensão dos determinantes das perceções profissionais. Estudos longitudinais também poderiam clarificar de que forma a experiência acumulada ao longo do tempo molda as representações sobre a radicalização.

Para além das recomendações metodológicas, será igualmente importante ampliar o campo de análise a outros profissionais que, mesmo não estando diretamente ligados à segurança ou à psicologia, contactam com grupos vulneráveis, bem como a cuidadores e atores comunitários. Tal abordagem permitiria desenvolver conhecimentos e estratégias de prevenção mais abrangentes e fundamentadas. Finalmente, recomenda-se que investigações futuras conjuguem a experiência prática dos profissionais com a produção científica, de modo a sustentar programas de formação mais consistentes e políticas públicas mais eficazes no combate à radicalização.

Conclusões

De forma global, os resultados mostram que, embora a radicalização seja reconhecida como um fenómeno relevante e próximo, e exista um bom nível de conhecimento sobre ele, a sua compreensão não é uniforme, refletindo trajetórias formativas, experiências acumuladas e contextos institucionais distintos. A diversidade de representações encontradas

evidencia a complexidade inerente ao conceito e confirma a ausência de consensos estáveis, apontando para a necessidade de maior clarificação.

A auto-identificação de um déficit formativo transversal, associada a dificuldades práticas e estruturais, revela não apenas fragilidades no sistema de prevenção e intervenção, mas, também, oportunidades de melhoria. A articulação clara entre os desafios relatados e as necessidades de formação reconhecidas sugere que os profissionais possuem consciência crítica sobre as lacunas existentes e capacidade para formular propostas consistentes.

As diferenças observadas entre psicólogos e forças de segurança refletem paradigmas profissionais distintos, mas complementares. Esta complementaridade, quando enquadrada em práticas colaborativas, pode enriquecer a resposta ao fenómeno, desde que apoiada por protocolos comuns, cientificamente sustentados e validados, e por uma comunicação eficaz e um maior investimento em políticas públicas sustentáveis.

Em síntese, este estudo contribui para evidenciar que a prevenção da radicalização exige, não apenas conhecimento especializado e formação contínua, mas, também, estratégias institucionais coordenadas que integrem diferentes olhares profissionais. Ao dar voz às perceções de quem trabalha no terreno, oferece pistas concretas para o desenho de respostas mais ajustadas a um fenómeno dinâmico, multifacetado e com impacto crescente na sociedade contemporânea.

Referências

- Adler, Amy M. (2024). Arousal by Algorithm. NYU School of Law, Public Law Research Paper No. 24-41, NYU Law and Economics Research Paper No. 24-38, <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4937597>
- Allan, S., et al. (2024). Social media use and mental health in youth. *Journal of Adolescent Psychology*, 49(2), 112–130. <https://doi.org/10.1007/s10802-024-01164-w>
- Australian Institute of Criminology. (2023). Understanding and preventing internet-facilitated radicalisation (Trends & Issues in Crime and Criminal Justice, No. 673). https://www.aic.gov.au/sites/default/files/2023-06/ti673_understanding_and_preventing_internet-facilitated_radicalisation.pdf
- Bail, C. A., et al. (2018). Exposure to opposing views on social media can increase political polarization. *PNAS*, 115(37), 9216–9221. <https://doi.org/10.1073/pnas.1804840115>
- Borum, R. (2011). Radicalization into violent extremism I: A review of social science theories. *Journal of Strategic Security*, 4(4), 7–36. <https://doi.org/10.5038/1944-0472.4.4.1>
- Cacioppo, J. T., et al. (2022). Loneliness and social cognition: A review. *Annual Review of Psychology*, 73, 153–176. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-032420-031412>
- Cinelli, M., et al. (2021). The echo chamber effect on social media. *PNAS*, 118(9), e2023301118. <https://doi.org/10.1073/pnas.2023301118>
- Conway, M. (2017). Determining the role of the Internet in violent extremism and terrorism. *European Journal of Criminology*, 14(2), 203–221. <https://doi.org/10.1177/1477370816682970>
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). SAGE. https://spada.uns.ac.id/pluginfile.php/510378/mod_resource/content/1/creswell.pdf
- Davies, G. (2021). Radicalization and violent extremism in the era of COVID-19. *The Journal of Intelligence, Conflict, and Warfare*, 4(1), 154-157. <https://doi.org/10.21810/jicw.v4i1.2824>

- Dewaele, J.-M. (2018). In L. Palgrave Macmillan (Ed.), *The Palgrave Handbook of Applied Linguistics Research Methodology*. https://doi.org/10.1057/978-1-137-59900-1_13
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2019). The Psychology of Conspiracy Theories. *Current Directions in Psychological Science*, 26(6), 538–542. <https://doi.org/10.1177/0963721419862286>
- Evans, J. R., & Mathur, A. (2005). The Value of Online Surveys. *Internet Research*, 15(2), 195–219. <https://doi.org/10.1108/10662240510590360>
- Frissen, T., et al. (2020). Humor in radical right social media communication. *Television & New Media*, 21(7), 704–723. <https://doi.org/10.1177/1527476419879910>
- Frissen, T. (2021). *Internet, the great radicalizer? Exploring relationships between seeking for online extremist materials and cognitive radicalization in young adults. Computers in Human Behavior*, 114, Article 106549. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106549>
- Ganesh, B. (2020). Weaponizing white thymos. *Cultural Studies*, 34(6), 892–924. <https://doi.org/10.1080/09502386.2020.1714680>
- Ging, D. (2019). Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. *Men and Masculinities*, 22(4), 638–657. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Henry, C. M. (2023). Governance, Competition, & Extremism: How the Structure of Social Media Platforms Radicalizes Communities (Tese de Doutorado, Vanderbilt University). <https://doi.org/10.2139/ssrn.4937597>
- Hoffman, B., et al. (2020). Assessing the threat of incel violence. *Studies in Conflict & Terrorism*, 45(2), 110–128. <https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1751459>
- Hollewell, G., & Longpré, C. (2022). Understanding online radicalization in youth. *Youth Justice Journal*, 20(4), 343–360. <https://doi.org/10.1177/0306624X211028771>
- Koehler, D. (2015). The radical online: Individual radicalization processes and the role of the internet. *Journal for Deradicalization*, (1), 116–134. <https://journals.sfu.ca/jd/index.php/jd/article/view/8/8>

- Kruglanski, A. W., et al. (2014). The psychology of radicalization and deradicalization. *Political Psychology*, 35(1), 69–93. <https://doi.org/10.1111/pops.12163>
- Lefever, S., Dal, M., & Matthiasdottir, A. (2007). Online data collection in academic research: Advantages and limitations. *British Journal of Educational Technology*, 38(4), 574-582. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8535.2006.00638.x>
- Lowry, K. D., Shaikh, M., & Lewis, R. A. (2024, January 18). *Research and practitioner perspectives on the rehabilitation and reintegration of violent extremists*. National Institute of Justice. <https://nij.ojp.gov/topics/articles/research-and-practitioner-perspectives-rehabilitation-and-reintegration-violent>
- Marwick, A., & Lewis, R. (2017). *Media manipulation and disinformation online*. Data & Society Research Institute. https://datasociety.net/library/media-manipulation-and-disinfo-online/?utm_source=chatgpt.com
- Miller-Idriss, C. (2020). *Hate in the homeland: The new global far right*. Princeton University Press. <https://pup-assets.imgix.net/onix/images/9780691203836/9780691203836.pdf>
- Ministério da Administração Interna/Sistema de Segurança Interna. (2025). *Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2024*. Lisboa: Autor. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDExNwYAs4WfKQUAAAA%3d>
- Moghaddam, F. M. (2005). The staircase to terrorism. *American Psychologist*, 60(2), 161–169. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.60.2.161>
- National Institute of Justice. (2022). The role of the internet and social media on radicalization. U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs. <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/305797.pdf>
- Neumann, P. R. (2013). The trouble with radicalization. *International Affairs*, 89(4), 873–893. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12049>
- O’Callaghan, D., Greene, D., Conway, M., Carthy, J., & Cunningham, P. (2014). Down the (white) rabbit hole: The extreme right and online recommender systems. *Social*

- Science Computer Review*, 33(4), 459–478.
<https://doi.org/10.1177/0894439314531826>
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin.
https://hci.stanford.edu/courses/cs047n/readings/The_Filter_Bubble.pdf
- Ribeiro, M. H., Ottoni, R., West, R., Almeida, V. A., & Meira Jr, W. (2020). Auditing radicalization pathways on YouTube. In *Proceedings of the 2020 conference on fairness, accountability, and transparency* (pp. 131-141).
<https://doi.org/10.1145/3351095.3372879>
- Ribeiro, M. H., Ottoni, R., West, R., Almeida, V. A. F., & Meira Jr, W. (2023). Auditing radicalization pathways on YouTube. *ACM Transactions on the Web*, 17(1), Article 2. <https://doi.org/10.1145/3488560>
- Sunstein, C. R. (2009). *Going to extremes: How like minds unite and divide*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780195378016.001.0001>
- Twenge, J. M., Haidt, J., Joiner, T. E., & Campbell, W. K. (2024). Increases in depression, self-harm, and suicide among adolescents after 2010: Role of digital media. *Journal of Adolescence*, 98, 103–117. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2024.01.005>
- Tufekci, Z. (2018). YouTube, the great radicalizer. *The New York Times*, 10(3), 2018.
<https://www.niemanlab.org/reading/youtube-the-great-radicalizer/>
- Vail, K. (2023). Preventing online radicalization and extremism in boys: A conversation with Pasha Dashtgard. *Phi Delta Kappan*, 104(7), 30-35.
<https://doi.org/10.1177/00317217231168260>
- Van Valkenburgh, S. P. (2021). Digesting the red pill: Masculinity and neoliberalism in the manosphere. *Men and masculinities*, 24(1), 84-103.
<https://doi.org/10.1177/1097184X18816118>
- Von Behr, I., Reding, A., Edwards, C., & Gribbon, L. (2013). *Radicalisation in the digital era: The use of the internet in 15 cases of terrorism and extremism* (RAND Europe Research Report). RAND Europe.
https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR453.html

- Ware, J. (2023). The third generation of online radicalization. *Program on Extremism at George Washington University*. <https://extremism.gwu.edu/third-generation-online-radicalization>
- Weine, S., & Ahmed, O. (2021). Building community resilience to violent extremism through genuine partnerships. *American Psychologist*, 76(5), 799–812. <https://doi.org/10.1037/amp0000781>
- World Health Organization. (2025). *Mental health and youth loneliness*. WHO Commission on Social Connection. <https://www.who.int/publications/i/item/978240112360>
- Winter, C. (2015). Documenting the virtual ‘caliphate’. *Quilliam Foundation*, 33(1). <https://voxpol.eu/file/documenting-the-virtual-caliphate/>

Anexos

Anexo A: Questionário

Perceções e práticas profissionais face ao processo de radicalização e ao consumo de conteúdos violentos online

Cristiana Fontes & Celina Manita (2025)

Secção 1 – Dados Sociodemográficos

As informações recolhidas nesta secção são apenas para fins estatísticos e não permitem a identificação individual dos participantes.

Idade: _____

Género:

- Feminino
- Masculino
- Não-binário
- Outro: _____

Profissão: _____

Área de atuação profissional:

- Educação _____
- Saúde _____
- Justiça _____
- Forças de Segurança _____
- Intervenção Social _____
- Proteção de Crianças e Jovens _____
- Acolhimento residencial _____

- Instituição / Gabinete de Atendimento a Vítimas _____
- Equipa de Rua _____
- Projetos Comunitários ou de inclusão social _____
- Apoio a Refugiados _____
- Tutelar Educativo _____
- Informática / TIC _____
- Cibersegurança _____
- Outros: _____

Tempo de experiência profissional na área:

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Região onde exerce funções:

- Norte
- Centro
- Lisboa
- Alentejo
- Algarve
- Açores
- Madeira

Secção 2 – Conhecimentos e experiências de contacto com processos de radicalização ou pessoas radicalizadas

Responda às seguintes questões, tendo em conta a sua situação:

1. Já alguma vez ouviu falar em processos de radicalização ou em pessoas / grupos radicalizados?
 - Sim
 - Não
2. O que é, para si, um processo de radicalização?
3. O que é, para si, uma pessoa ou grupo radicalizado?
4. No âmbito da sua atividade profissional, já teve contacto com processos de radicalização ou pessoas radicalizadas?
 - Sim
 - Não
5. Se sim, que tipo(s) de radicalização identificou? (Escolha todas as que se aplicam)
 - Ideológica
 - Política
 - Religiosa
 - Não-violenta
 - Violenta
 - Extremista
 - Terrorista
 - Internacional
 - Doméstica
 - Xenofóbica
 - Homofóbica
 - Machista
 - Sexista
 - Outras (especificar): _____

6. Fora da sua atividade profissional, já teve contacto com processos de radicalização ou pessoas radicalizadas?

- Sim
- Não

7. Se sim, que tipo(s) de radicalização identificou? (Escolha todas as que se aplicam)

- Ideológica
- Política
- Religiosa
- Não-violenta
- Violenta
- Extremista
- Terrorista
- Internacional
- Doméstica
- Xenofóbica
- Homofóbica
- Machista
- Sexista
- Outras (especificar): _____

8. No âmbito da sua atividade profissional alguma vez teve contacto com casos / situações de consumo de conteúdo violento online?

- Sim
- Não

9. Se sim, em que circunstâncias? Descrever o mais pormenorizadamente possível _____

10. Que tipo(s) de conteúdo violento estavam envolvidos? Descrever o mais pormenorizadamente possível _____

11. Qual a idade aproximada e o género da/s pessoa/s em causa? _____

12. Já teve contacto com casos que envolviam ambos os fenómenos: processos de radicalização e consumo, partilha e/ou produção de conteúdos violentos online?

- Sim
- Não

13. Se sim, pode descrever a/s situação/ões em causa: _____

14. Quais foram os comportamentos problemáticos que observou nessa/s pessoa/s?

15. Qual a idade aproximada e o género da/s pessoa/s em causa? _____

16. Quais foram os fatores de risco que identificou nessa/s pessoa/s?

17. Identificou, também, fatores de proteção? Se sim, quais?

18. Considera que o consumo, partilha e/ou produção de conteúdos violentos online pode estar associado a processos de radicalização?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Neutro
- Discordo
- Discordo totalmente

13.1 Pode explicar-nos por quê? _____

19. Numa escala-a de 0 a 5, em que 0 é nenhuma influência e 5 muita influência, qual é, na sua opinião, a influência dos seguintes fatores no processo de radicalização?

- Idade

- Género
- Influência do grupo de pares
- Exclusão social e/ou estigma
- Isolamento social
- Influência de conteúdos extremistas partilhados online
- Praticar comportamentos criminais ou delinquentes
- Ter sido alvo de discriminação (racial, social, sexual, religiosa ou outra)
- Sofrer de problemas de saúde mental
- Consumo problemático de álcool ou substâncias psicoativas
- Dependência da internet
- Consumo, partilha ou produção de pornografia de adultos
- Consumo, partilha ou produção de “pornografia infantil”
- Pertença a comunidades / grupos machistas
- Pertença a comunidades / grupos sexistas
- Pertença a comunidades / grupos racistas
- Pertença a comunidades / grupos homofóbicos
- Outro (especificar)

Secção 4 – Estratégias / Práticas:

1. Que tipo de respostas / estratégias utilizou nesse/s caso/s: _____
2. Considera que tem formação suficiente para lidar com estes fenómenos?
 - Sim
 - Não
 - Parcialmente

3. Que tipo de formação considera importante para responder de forma mais ajustada e eficaz a estes casos? _____
4. Considera que as respostas institucionais atuais são adequadas para lidar com estas situações?
 - Sim
 - Não
5. Se respondeu “Não”, por favor, justifique e indique outras respostas que entenda serem necessárias: _____

Secção 5 – Necessidades e Sugestões:

1. Quais são as principais dificuldades que enfrenta ao trabalhar com pessoas em processo de radicalização / radicalizadas? _____
2. Que medidas, intervenções, estratégias considera ser urgente implementar, para prevenir ou combater a radicalização? _____
3. Na sua opinião, qual deve ser o papel da sua profissão na prevenção da radicalização?

4. Gostaria de partilhar algum comentário ou sugestão adicional?

Acesso aos resultados do estudo

Se desejar receber os resultados no final deste estudo, por favor, clique no link abaixo. A informação recolhida nesse formulário será usada apenas para o envio de resultados. Essa informação não será associada às respostas que deu neste questionário. A sua participação é voluntária e os seus dados serão sempre tratados de forma anónima e confidencial e serão eliminados no final do estudo.

Se pretende aceder aos resultados no final do estudo, por favor clique aqui. (inserção de um link para um documento à parte)

Se tiver alguma dúvida sobre este estudo, se necessitar de alguma ajuda por parte das autoras e/ou se quiser saber mais alguma informação sobre o estudo ou ter acesso aos seus resultados, por favor, envie um email para up201809529@up.pt ou para celina@fpce.up.pt

Agradecemos o seu testemunho e o tempo dedicado a responder ao questionário. O seu contributo é fundamental para o aumento do conhecimento sobre o processo de radicalização em Portugal e para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e combate a este fenómeno.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo B: Consentimento Informado

Termo de Consentimento Informado

Este é um convite para participar num estudo sobre os conhecimentos, perceções, práticas e necessidades de profissionais relativamente aos processos de radicalização e à sua relação com o consumo, partilha e/ou produção de conteúdo violento online, a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, conduzido por Cristiana Fontes, sob orientação da Professora Doutora Celina Manita.

Antes de tomar a decisão de participar no presente estudo, é importante que conheça os seus objetivos e aquilo que lhe será pedido. Assim sendo, pedimos-lhe que leia com atenção toda a informação mencionada de seguida e que, se concordar com o que lhe é apresentado, prossiga para o preenchimento do questionário.

Informação sobre o estudo:

Este estudo foca-se nos conhecimentos, perceções, práticas e necessidades de profissionais que tenham de intervir junto de pessoas alvo de processos de radicalização e na sua relação com o consumo, partilha e/ou produção de conteúdo violento online. Tem como objetivo principal compreender as necessidades identificadas por esses profissionais, analisar as estratégias por eles utilizadas, identificar as principais necessidades e dificuldades enfrentadas no exercício da sua prática profissional e, com base nos dados obtidos e na revisão de literatura, propor orientações que contribuam para uma intervenção mais eficaz neste fenómeno.

Critérios de participação:

Ter mais de 18 anos, dominar a língua portuguesa e trabalhar em território nacional, nas áreas da educação/ensino, promoção e proteção, segurança social, apoio psicológico ou psiquiátrico, área judiciária e criminal.

Potenciais Benefícios e Riscos:

É esperado que este estudo contribua para o aprofundamento do conhecimento científico sobre os processos de radicalização, mais especificamente, aceder aos conhecimentos, perceções, práticas, necessidades e principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que, no exercício da sua prática profissional, possam ter de contactar com indivíduos em

processo de radicalização ou já radicalizados. Este estudo pretende, também, propor orientações cientificamente sustentadas para a promoção de estratégias de prevenção e de intervenção mais ajustadas e eficazes.

O presente estudo rege-se pelos princípios éticos e deontológicos que devem nortear toda a investigação científica, respeitando, também, o Regulamento Geral da Proteção de Dados e os princípios específicos referentes à investigação em Psicologia, estabelecidos pelo Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, tais como os princípios fundamentais da beneficência e não maleficência, garantia de confidencialidade e proteção do anonimato, proteção dos dados pessoais, participação voluntária e informada. Assim sendo, não se antecipam riscos ou danos potenciais acrescidos para os/as participantes. No entanto, se alguma das questões não o/a deixar confortável, se considerar que a resposta a este questionário é, de alguma forma, perturbadora ou que gera desconforto, poderá interromper a sua participação a qualquer momento. A desistência de preenchimento não acarretará qualquer consequência.

Anonimato/Confidencialidade:

Para a prossecução do estudo, solicitamos a sua colaboração, através do preenchimento de um questionário com uma duração de aproximadamente 15 a 20 minutos. Toda a informação recolhida neste estudo será tratada de forma totalmente anónima e confidencial e será utilizada exclusivamente para fins científicos, não se procedendo à identificação de nenhum/a participante. Estes dados serão conservados apenas durante o tempo necessário à concretização do estudo e defesa da dissertação de mestrado e serão arquivados de forma segura e seguindo as normas atuais de proteção de dados pessoais. Os resultados da investigação servirão de base à produção de trabalhos científicos e poderão ser usados no âmbito da docência e da formação, publicados em formato de tese, livro ou artigo científico ou apresentados em conferências/eventos científicos. Não serão usados para outros fins.

Se surgir alguma dúvida sobre o estudo ou se quiser saber mais alguma informação sobre este ou ter acesso aos dados finais, por favor, envie um email para, up201809529@up.pt ou celina@fpce.up.pt.

Agradecemos desde já a sua colaboração, que é fundamental para nos permitir ter um maior conhecimento sobre esta realidade.

Declaro que: *

- ☐ Declaro que li as informações sobre o estudo, me considero informado/a sobre ele e que aceito participar, respondendo a este questionário.
- ☐ Declaro que tenho mais de 18 anos.

Anexo C – Categorias Emergentes

Questão 2: O que é, para si, um processo de radicalização?

Categorias	Definição	Exemplo de resposta
Adoção de ideias extremistas	Referência à aceitação ou adoção de ideologias radicais	“Adesão a ideias extremistas”
Justificação ou prática de violência	Refere o uso, aceitação ou defesa da violência associada à radicalização.	“Pode levar à justificação ou à prática de atos de violência”
Conversão ideológica ou doutrinária	Envolve mudança de valores ou absorção de doutrinas ou visões ideológicas fechadas.	“Mudança de crenças e valores para entrada numa doutrina específica”
Desvio de normas sociais	Foco na oposição a normas, valores democráticos, legais ou culturais.	“Oposição aos valores, normas ou leis estabelecidas numa sociedade”
Processo grupal/recrutamento	Refere-se à ação de grupos extremistas ou envolvimento coletivo, inclusive através de redes e conteúdos.	“Tempo e meios usados para radicalizar um indivíduo”

Questão 3: O que é, para si, uma pessoa ou grupo radicalizado?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Adoção de ideias extremistas	Adesão a visões ou crenças radicais (políticas, religiosas, sociais, etc.)	“Adotam visões extremas”
Rejeição da diferença/intolerância	Incapacidade de aceitar visões divergentes; fanatismo; "nós contra eles"	“Rejeita o diálogo ou a convivência com ideias diferentes”
Justificação ou prática de violência	Apoio ou uso de violência (física, psicológica, simbólica);	“Justificar ou apoiar o uso da violência”
Inserção em grupo ou organização radical	Pertence a ou segue um grupo com ideologia extremista;	“Pessoa obcecada por uma determinada ideologia”
Conversão ideológica	Transformação pessoal; dogmatismo; perda de identidade individual.	“Aderiu a uma nova doutrina”

Oposição a valores democráticos	Rejeição das normas sociais ou democráticas;	“Rejeita os valores moderados ou democráticos da sociedade onde vive”
Fatores sociais, psicológicos e/ou contextuais	Menciona causas da radicalização (ex: fragilidade, manipulação, contexto social).	“Fenômeno complexo com múltiplas causas, incluindo fatores psicológicos, sociais e contextuais”

Questão 9: Se sim, em que circunstâncias? Descreva o mais pormenorizadamente possível.

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Crimes ou propaganda de guerra	Contacto com conteúdos relacionados com genocídio, guerra ou propaganda violenta com fins ideológicos.	“Genocídio em Gaza”
Consumo de conteúdos violentos	Exposição pessoal a conteúdos violentos digitais (vídeos, imagens, jogos ou séries).	“Assistir séries violentas”
Partilha em grupos de mensagens	Situações em que conteúdos violentos são partilhados em grupos	“Partilha e consulta, em grupos whatsapp de turma escolar”
Manipulação de imagens com nudez	Casos em que imagens foram manipuladas com intenção sexual/humilhante, normalmente partilhadas.	“Fotos manipuladas de professores de forma insultuosa e jocosa, bem como de colegas femininas envolvendo nudez das mesmas de forma manipulada”
Prática de crimes associados a conteúdos violentos	Quando o conteúdo visualizado está relacionado com a prática de crimes reais por parte dos visados.	“Prática de crimes”
Replicação de comportamentos agressivos ou sexuais	Casos em que crianças/jovens replicam agressões ou abusos após contacto com conteúdos violentos ou sexuais.	“Crianças e jovens que visualizaram vídeos sexuais explícitos violentos e replicaram esses comportamentos noutras crianças”

Questão 10: Que tipos de conteúdo violento estavam envolvidos? Descreva o mais pormenorizadamente possível

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
-----------	-----------	---------------------

Violência física	Conteúdos com agressões físicas, homicídios, decapitações, etc.	“Decapitações, execuções com utilização de armas de fogo”
Violência sexual	Sexo violento, abuso sexual, etc.	“Sexo violento”
Violência emocional	Conteúdo com humilhações, violência verbal, bullying, sofrimento psicológico.	“Violência emocional”
Conteúdos de guerra	Imagens de guerra.	“Muçulmanos a agredir mulheres e outros cidadãos que não tinham a mesma religião”
Violência por motivos ideológicos ou religiosos	Conteúdo violento com base em ideologia política ou religiosa.	“Mortes por ideologia religiosa”
Violência contra animais	Maus tratos ou abuso de animais, incluindo zoofilia.	“Maus tratos a animais”
Automutilação	Conteúdos envolvendo auto lesão.	“Automutilações”
Manipulação de imagens para fins sexuais	Alteração digital de imagens com conotação pornográfica.	“Os indivíduos manipulavam as fotos em aplicação informática com o intuito de as tornar pornográficas”

Questão 11: Qual a idade aproximadamente e o género da/s pessoa/s em causa?

Categoria	Exemplo de resposta
Crianças (0-12 anos)	Crianças até 12 anos
Adolescentes (13-17 anos)	Crianças dos 13 aos 17 anos e designações como “jovens”
Jovens adultos (18-29 anos)	Menções entre os 18 e 29 anos
Adultos (30-49 anos)	Faixa etária entre 30 e 49 anos
Maiores de 50 (50+ anos)	Entre 30 e 49 anos
Todas as idades	Inclui menções vagas como “variadas” ou “todas”
Género masculino	Referência a “masculino”, “homens”, “rapazes”,
Género feminino	Referência a “feminino”, “mulheres”, “raparigas”,

Questão 13: Se sim, pode descrever a/s situação/ões em causa:

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
-----------	-----------	---------------------

Situações relacionadas com terrorismo	Referência direta a atos terroristas ou planeamento	“Situação de atos preparatórios de terrorismo”
Consumo e/ou Partilha de conteúdo violento (incluindo autoria)	Inclui consumo, partilha ou criação ativa desses conteúdos	“Nos grupos de whatsapp a partilha era efetuada por alguns elementos paralelamente autores e consumidores das imagens geradas e partilhadas”

Questão 14: Quais foram os comportamentos problemáticos que observou nessa/s pessoa/s?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Agressividade e Violência	Adoção de comportamentos agressivos ou violentos	“Violência”
Intolerância ideológica	Rejeição de opiniões divergentes e adesão fanática a ideologias	“Não aceitam ideias ou opiniões diferentes”
Xenofobia e Odio ao outro	Atitudes discriminatórias ou xenófobas	“Xenofobia”
Isolamento Social	Isolamento social e/ou comportamentos de risco associados	“Isolamento da sociedade”
Falta de Empatia	Dificuldade em refletir sobre consequências, ausência de empatia	“Falta de empatia e dificuldade em refletir sobre o dano causado”

Questão 15: Qual a idade aproximada e o género da/s pessoa/s em causa?

Categorias	Exemplos de resposta
Crianças (0-12 anos)	Crianças até 12 anos
Adolescentes (13-17 anos)	Crianças dos 13 aos 17 anos e designações como “jovens”
Jovens adultos (18-29 anos)	Menções entre os 18 e 29 anos
Adultos (30-49 anos)	Faixa etária entre 30 e 49 anos
Maiores de 50 (50+ anos)	Entre 30 e 49 anos
Género masculino	Referência a “masculino”, “homens”, “rapazes”,

Questão 16: Quais foram os fatores de risco que identificou nessa/s pessoa/s?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
-----------	-----------	---------------------

Violência prévia e vitimação	Histórico de exposição a violência física, doméstica ou situações traumáticas	“Exposição à violência no contexto doméstico; normalização da violência”
Dificuldades emocionais e autorregulação	Dificuldade na gestão emocional, impulsividade, desrespeito por normas	“Dificuldade em gerir emoções”
Contexto familiar disfuncional	Situações de negligência, abandono ou fragilidade familiar	“Família degenerada, exposição ao abandono”
Ideologia extremada ou fanatismo	Obstinação por causas, crenças políticas ou religiosas, visão distorcida do mundo	“Obstinação por uma causa, deturpação e interpretação incorreta dos valores de uma religião ou de uma ideologia política”
Comportamentos de risco e marginalidade	Comportamentos desviantes, vícios, exclusão social, prostituição	“Consumo de álcool frequentam casas de massagem e prostitutas”
Fatores socioculturais amplos	Fatores de influência cultural, social ou histórica	“Inibidor social”

Questão 17: Identificou, também, fatores de proteção? Se sim, quais?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Rede de suporte social	Presença de apoio familiar, social ou comunitário	“Rede de suporte social”
Condições socioeconómicas favoráveis	Estabilidade financeira ou posição social privilegiada	“São de nível alto da sociedade, têm uma família alargada, são casados”
Capacidade de autorreflexão	Reconhecimento do erro e reflexão crítica sobre o comportamento	“Em alguns casos surgiram indivíduos que reconheciam o erro e demonstraram capacidade de reflexão sobre o dano causado”
Integração grupal positiva	Identificação com grupos que promovem valores construtivos	“Identificação com o grupo e com os valores que este defende”

Questão 18.1: Pode explicar-nos porquê?

Categoria	Definição	Exemplo de respostas
Normalização da violência	O consumo frequente de conteúdos violentos online leva à dessensibilização, tornando a violência socialmente mais aceitável ou banalizada	“O contacto e a exposição frequente a conteúdos violentos pode resultar na normalização da violência”

Influência e modelagem de comportamento		Os conteúdos violentos servem como modelo de conduta, podendo ser imitados ou reproduzidos, especialmente por jovens	“Visto que as pessoas absorvem muito conteúdo nas redes sociais e, por conta disso, começam a reproduzir os comportamentos. É um processo de modelagem”
Propaganda e recrutamento		Os conteúdos são usados intencionalmente por grupos extremistas como ferramentas de propaganda ou recrutamento	“Penso que a internet e as redes sociais é um meio que estes grupos utilizam para difundir as suas ideias, conseguindo desta forma chegar a mais “alvos” potenciais de recrutamento”
Papel das redes sociais e do algoritmo		O ambiente digital, especialmente as redes sociais, amplifica e facilita o acesso, disseminação e reforço de conteúdos violentos	“Permite uma proliferação facilitada dos conteúdos violentos, com maior abrangência e de acesso fácil. Através da criação de grupos específicos, permite a partilha de visões de extremistas sobre os diferentes temas da atualidade”
Vulnerabilidade e influência psicológica	e	Pessoas com menor resiliência emocional, autoconhecimento ou pensamento crítico são mais suscetíveis à influência desses conteúdos	“Instiga pessoas mais sensíveis e pouco informadas a aderir a grupos radicais”
Complexidade e multifatorialidade do fenómeno	e do	A radicalização é um processo complexo, que inclui fatores sociais, culturais e psicológicos, sendo os conteúdos online apenas uma peça do puzzle	“A radicalização é um processo complexo e multifatorial, mas o ambiente digital desempenha hoje um papel central por várias razões”
Manipulação e construção ideológica		Os conteúdos contribuem para moldar ideias, valores e crenças radicais, promovendo a adesão a ideologias extremas	“Moldam ideias e pensamentos que levam a comportamentos radicais”
Crítica ao papel social e político		Visões críticas sobre o papel da sociedade, do poder político e das respostas sociais que favorecem sentimentos de exclusão e revolta.	“Demonstração de uma realidade que a sociedade tende a esconder”

Discordância ou ausência de opinião	Participantes que afirmam não ter opinião formada, não saber explicar ou não considerar a associação válida	“A essência de uma pessoa será sempre a mesma, se começa a ter atitudes violentas é porque já nasceu com essa tendência”
-------------------------------------	---	--

Questão 20: Que tipo de respostas/estratégias utilizou nesse/s caso/s:

Categoria	Definição	Exemplo de respostas
Diálogo e empatia	Promoção do diálogo, escuta ativa e compreensão da perspectiva do outro	“Intervenção precoce e diálogo. Procurar compreender as causas da radicalização (sentimentos de exclusão, injustiça, frustração). Estabelecer diálogo aberto e empático para criar confiança e reduzir o isolamento.”
Psicoeducação e autoconhecimento	Intervenções educativas, promoção do pensamento crítico ou da autorreflexão	“Educação para o pensamento crítico: Programas educativos que ensinem a identificar desinformação, discursos de ódio e manipulação. Incentivar a capacidade de questionar narrativas extremas e a valorizar a diversidade.”
Apoio psicológico/social	Encaminhamento ou suporte emocional, psicológico e social	“Apoio psicológico e social. Acompanhamento psicológico para trabalhar emoções, traumas e reforçar a autoestima. Inclusão social por meio de atividades culturais, desportivas ou comunitárias.
Distanciamento ou neutralidade	Evitar envolvimento direto, afastamento ou não valorização do comportamento	“Afasto-me dessas pessoas”
Ações legais ou institucionais	Aplicação da lei, denúncias ou reporte a instituições formais	“Reportar às Forças de Segurança”

Questão 23: Que tipo de formação considera importante para responder de forma mais ajustada e eficaz a estes casos?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Formação sobre o fenómeno da radicalização	Formação centrada na compreensão profunda da radicalização, ideologias, causas, processos e estratégias utilizadas.	“Formação que permita aumentar o conhecimento acerca do fenómeno, ideologias e estratégias utilizadas”
Identificação e intervenção	Capacitação para reconhecer sinais de alerta, riscos e saber atuar/intervir em contexto profissional	“Formação em Prevenção e Identificação de Sinais de Radicalização”
Literacia digital e análise de conteúdo	Formação para identificar conteúdos extremistas online, fake news, propaganda, e uso crítico das redes sociais	“Conhecimento mais aprofundado das novas tecnologias de informação”
Comunicação, mediação e diálogo	Técnicas de escuta ativa, empatia, diálogo construtivo e mediação de conflitos em contextos sensíveis	“Comunicação e mediação de conflitos”
Direitos humanos e diversidade	Sensibilização para os direitos humanos, diversidade cultural e religiosa, combate ao preconceito e discriminação	“Direitos humanos”
Saúde mental e apoio psicossocial	Formação sobre fatores psicológicos, traumas, apoio emocional e intervenção psicossocial	“Intervenção Psicológica e Apoio Psicossocial”
Formação jurídica e legislação	Informação sobre leis, políticas públicas, e atuação legal em casos de radicalização/extremismo	“O conhecimento da lei”
Formação multidisciplinar	Formação integrada que cruza várias áreas de saber (psicologia, sociologia, direito, educação, segurança)	“Trabalho interdisciplinar e em rede Formação para colaborar com equipas multidisciplinares”
Formação prática/casos reais	Preferência por formações com exemplos práticos, casos reais, testemunhos ou simulações	“Reportes na primeira pessoa de ex-membros e arrependidos desses grupos”
Formação institucional e contínua	Sugestão de formação regular, adaptada a contextos institucionais, com abordagem flexível, contínua e atualizada	“Formação atualizada e diferenciada”

Questão 25: *Se respondeu "Não", por favor, justifique e indique outras respostas que entenda serem necessárias:*

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Falta de formação dos profissionais	Referências à ausência ou insuficiência de formação específica para lidar com a radicalização ou temas associados	“A maioria dos profissionais não tem formação específica neste contexto”
Falta de articulação interinstitucional	Falta de coordenação entre entidades	“Falta de articulação entre instituições”
Insuficiência de recursos e meios	Ausência de equipas, apoio psicológico, investimento, ou meios técnicos/humanos	“Recursos insuficientes”
Falta de legislação específica	Falta de leis ajustadas a fenómenos como crimes de ódio, conteúdos online	“Deveria existir legislação mais específica quanto aos crimes de ódio”
Abordagem excessivamente securitária	Ênfase desproporcional na repressão e segurança, com negligência da prevenção, diálogo e reintegração	“Foco excessivo na segurança: Em alguns contextos, as respostas institucionais concentram-se sobretudo na repressão e controlo policial, em vez de apostar na prevenção, no diálogo e na reintegração”
Necessidade de respostas mais abrangentes e preventivas	Falta de ações integradas com escolas, famílias, comunidade e medidas preventivas precoces	“Falta de estratégias que envolvam diretamente as comunidades locais, familiares e escolas como agentes ativos na prevenção”
Falta de informação/divulgação sobre o fenómeno	Pouca informação pública, social ou institucional sobre o que é a radicalização e como atuar	“Pouca divulgação”
Falta de investigação ou atualização contínua	Necessidade de mais estudos, dados, grupos de trabalho, e atualização científica	“Atualização continua com pesquisa adequada nesse fenómeno”
Desconfiança institucional/crítica ao sistema	Críticas diretas às instituições ou perceção de que estas não protegem ou atuam eficazmente	“A instituição não protege os seus”
Sugestões concretas de melhoria	Equipas dedicadas, controlo de conteúdos online, formação contínua, combate à desinformação	“Combater as notícias falsas e de ódio”
Respostas não informativas	Respostas que indicam desconhecimento, ausência de opinião ou que são demasiado vagas, curtas ou irrelevantes.	“Não tenho informação”

Questão 26: Quais são as principais dificuldades que enfrenta ao trabalhar com pessoas em processo de radicalização/radicalizadas?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Resistência ao diálogo e mudança	Dificuldade de escuta, rejeição de perspectivas diferentes, rigidez ideológica	“A resistência à mudança e à aprendizagem”
Falta de formação/informação	Ausência de conhecimento técnico ou formação sobre o fenómeno	“Falta de informação”
Falta de experiência/contacto direto	Participantes que nunca trabalharam com esta população ou não têm experiência significativa	“Até agora não aconteceu”
Dificuldade de comunicação	Barreiras na interação verbal ou relacional com a pessoa radicalizada	“A comunicação com as mesmas”
Estigmatização/preconceito	Impacto do estigma social e institucional sobre o processo de trabalho	“Estigma e preconceitos. Tanto por parte da sociedade quanto das próprias instituições, pode haver estigmatização das pessoas radicalizadas”
Isolamento social/exclusão	Falta de redes de apoio, marginalização, exclusão	“Isolamento social e falta de redes de apoio”
Complexidade do fenómeno	Fatores múltiplos (psicológicos, sociais, políticos), dificuldade em intervir	“Estratégias eficazes de prevenção e combate a este fenómeno”
Dificuldade na identificação/intervenção precoce	Sinais subtis ou tardios, intervenção só em fases avançadas	“Identificação dos indivíduos”
Gestão emocional e segurança	Riscos associados à carga emocional ou violência, necessidade de preparação específica	“Ter de as ouvir a dizer barbaridades e ouvir e ajudar algumas utentes que trabalham com outras pessoas violentas e xenófobas”
Limitações legais/éticas	Obstáculos relacionados com privacidade, direitos, enquadramento legal	“Limitações legais e éticas. A intervenção deve respeitar os direitos humanos e a privacidade, o que pode limitar algumas ações, especialmente em contextos legais ou de segurança”
Desconstrução de crenças	Dificuldade em abalar crenças ou ideias extremas	“Desconstrução de crenças”

Questão 27: Que medidas, intervenções, estratégias considera ser urgente implementar, para prevenir ou combater a radicalização?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Educação e Literacia Crítica	Medidas relacionadas com a educação formal/informal, cidadania, pensamento crítico, combate à desinformação e promoção de valores democráticos	“Educação. Tornar toda a educação (desde a creche à universidade) pública. E procurar disseminar informação que contrarie todos os estereótipos em quais esse tipo de grupos se baseia”
Formação Profissional	Capacitação de profissionais para identificação, prevenção e intervenção nos processos de radicalização	“Formação especializada dos profissionais; criar equipas especializadas de intervenção e prevenção primária”
Informação e Sensibilização Pública	Campanhas, ações de sensibilização e disseminação de informação junto da comunidade para prevenir a radicalização	“Maior informação sobre o tema, ao público em geral. Sensibilizar as pessoas para estarem mais atentas à problemática da radicalização”
Intervenção Multissetorial e Prevenção Primária	Ações integradas, precoces e multidimensionais que envolvem várias áreas como saúde, justiça, educação, família, cultura e comunidade	“Abordagens multidimensionais que abordam os fatores psicológicos e contextuais”
Regulação Digital e Monitorização	Monitorização de conteúdos online, controlo algorítmico, restrição de acesso, denúncias anónimas e contenção de propaganda violenta/extremista	“Restrição de conteúdos digitais e limitação das idades”
Justiça e Segurança	Medidas legislativas, penais ou de segurança pública, incluindo reforço policial, alterações legais e ações antiterrorismo	“Leis que salvaguardem a proteção das pessoas agredidas”

Questão 28: Na sua opinião, qual deve ser o papel da sua profissão na prevenção da radicalização?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
-----------	-----------	---------------------

Sensibilização//Educação	Campanhas, psicoeducação, diálogo, cidadania, pensamento crítico, promoção de empatia e valores democráticos	“Através de campanhas de sensibilização e psicoeducação”
Intervenção individual/acompanhamento	Intervir diretamente com indivíduos, encaminhar, acompanhamento em programas estruturados, apoio psicológico/social	“Intervir individualmente com cada um dos indivíduos identificados”
Sinalização/identificação precoce	Sinalizar, monitorizar comportamentos, identificar grupos/pessoas em risco	“Identificar sinais precoces de radicalização”
Inclusão/integração social	Prevenção pela inclusão, integração, combate à discriminação, reforço de pertença	“Inclusão e integração”
Colaboração interinstitucional	Trabalho conjunto com outros organismos, equipas multidisciplinares, articulação institucional	“Inserida na pirâmide onde se encontram outros organismos externos onde no seu conjunto possam tomar decisões positivas”
Formação de profissionais	Necessidade de formação especializada antes de atuar	“Primeiro receber formação para depois atuar”
Prevenção/atuação proativa	Ações preventivas, papel ativo, evitar reforço de grupos radicais	“Deve ser o de prevenir e intervir”
Repressão/controlo	Repressão quando ultrapassa o limite legal, levar à justiça, controlar grupos e atividades	“Controlo de pessoas e grupos”

Questão 29: Gostaria de partilhar algum comentário ou sugestão adicional?

Categoria	Definição	Exemplo de resposta
Importância da prevenção coletiva	Valorização da prevenção enquanto responsabilidade partilhada entre vários setores da sociedade	“Acho fundamental reforçar que a prevenção da radicalização não pode ser vista apenas como uma responsabilidade isolada de determinados profissionais ou instituições”
Direitos humanos e inclusão	Reforço da importância de não estigmatizar e de respeitar os direitos humanos nas abordagens preventivas	“Investir em políticas de inclusão social e combate às desigualdades, pois muitas vezes a raiz da radicalização está ligada a sentimentos de exclusão, injustiça e falta de oportunidades”

Disponibilidade colaborar	para	Expressão de interesse em participar ativamente no desenvolvimento de soluções ou materiais educativos	“Se houver interesse, posso ajudar a desenvolver propostas concretas ou materiais educativos para apoiar essas iniciativas”
Preocupação com o fenómeno		Comentários sobre a gravidade, crescimento ou urgência do problema da radicalização	“Estude-se, aprofunde-se e tome-se decisões no sentido não deixar que este fenómeno atual cresça livre de regras claras e concisas”
Reflexões sociopolíticas		Análise crítica sobre a sociedade atual, polarização, valores e contexto político	“Penso que vivemos numa era de radicalizações, em parte porque alguém idealizou um tipo de sociedade, mas na prática essa sociedade está em colapso, perdem-se valores, perde-se cultura e marginaliza-se quem pensa diferente. Houve um aproveitamento político enorme e continua a haver, não existindo grande luz numa visão única benéfica para a maioria”
Necessidade de formação		Apelo ao reforço da formação e sensibilização de profissionais em geral	“É importante reforçar a formação e sensibilização em todos os setores”

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

